



Índice

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL	2
PORTARIA	2
Portaria nº 02, de 13 de Junho de 2024.	2
FUNDAÇÃO CULTURAL DE IMPERATRIZ - FCI	3
EDITAL	3
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 – PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS	3
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024 – CINEMAS DE RUA E CINEMA ITINERANTES	21
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024 – FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO AUDIOVISUAL	39
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024 – SELEÇÃO DE PROJETOS DEMAIS ÁREAS DA CULTURA	58
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2024 – PREMIAÇÃO DAS DEMAIS ÁREAS DA CULTURA	78



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PORTARIA

Portaria nº 02, de 13 de Junho de 2024.

Portaria nº 02, de 13 de Junho de 2024.

Dispõe sobre as regras de distribuição dos processos licitatórios entre os agentes de contratação e comissão de contratação da CPL e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** de Imperatriz/MA, **LUIZ CARLOS FERREIRA CEZAR**, no exercício de suas atribuições e prerrogativas legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 795/1996, com alterações feitas pela Lei Complementar Municipal nº 001/2014, Lei Ordinária Municipal nº 1.235/2007, Decreto Municipal nº 45/2023, Portaria nº 9.103, de 17 de abril de 2023 do Gabinete do Prefeito e:

CONSIDERANDO, que a vigência da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº Decreto Federal nº 11.246/2022, do Decreto Municipal nº 45/2024 e da Lei Ordinária Municipal nº 2.022/2024 que estabelecem as competências dos agentes de contratação e da Comissão de Contratação;

CONSIDERANDO, a necessidade de distribuição e condução dos processos licitatórios vindouros de acordo com o sua complexidade, objeto, modalidade e critério de julgamento;

RESOLVE:

Art. 1º - Concluída a triagem de praxe e recebidos os processos licitatórios via protocolo, a chefe de cadastro, designada pela Portaria nº 01, de 12 de janeiro de 2024, promoverá a atuação e distribuição dos processos licitatórios entre os agentes de contratação da Comissão Permanente de Licitação, observando que:

.Os processos licitatórios que tramitarem pela modalidade **pregão** serão distribuídos entre os agentes de contratação da CPL, por ordem alfabética, garantindo a imparcialidade e a eficiência na condução dos mesmos;

.Os processos licitatórios que tramitarem pelas modalidades **concorrência pública e diálogo competitivo**, serão remetidos ao gabinete do Presidente da CPL, que analisará de forma prévia a necessidade de instituir comissão de contratação para a condução deste, observados os critérios estabelecidos no Decreto Federal nº 11.246/2022, na Lei Ordinária Municipal nº 2.022/2024 e no Decreto Municipal nº 45/2024.

Art. 2º - A distribuição será formalizada por meio de termo de atuação, que será anexado aos autos do processo, que deverá conter:

.Número de série;

.Nome do Agente de contratação designado para a condução;

.Data em que o processo foi atuado e atestada a sua conformidade;

.Assinatura de quem o atuou.

Art. 3º - Os processos só serão considerados recebidos se atestarem conformidade com o *check-list de protocolo*, disposto no **Anexo Único** desta portaria.

Parágrafo único. Os processos que passarem pelo *check-list do protocolo*, mas que, na análise do agente/pregoeiro for constatada a necessidade de correção, serão devolvidos à CGM via ofício contendo as inconsistências fundamentadas, e ao retornarem à CPL, seguirão pela condução do mesmo agente/pregoeiro anteriormente designado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE IMPERATRIZ/MA, em 13 de junho de 2024, 171º ANO DA FUNDAÇÃO DE IMPERATRIZ.

LUIZ CARLOS FERREIRA CEZAR

Presidente da Comissão Permanente de Licitação





assinado eletronicamente

Publicado por: LENYSE VIANA ALVARENGA
AUXILIAR DE PREGOEIRO
Código identificador: \$uWXk46bBO43

FUNDAÇÃO CULTURAL DE IMPERATRIZ - FCI

EDITAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 – PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

Edital de seleção de projetos de produções audiovisual, previsto nos incisos I, do Art. 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”. O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – FUMIC e da FUNDAÇÃO CULTURAL DE IMPERATRIZ - FCI, neste ato representado pelo Gestor do Fundo e Presidente da Fundação Cultural, Senhor Charles de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que, mediante o presente edital de chamamento público serão selecionados propostas projetos de produções audiovisuais de pessoas físicas e jurídicas residentes no Município de Imperatriz – MA, com fulcro na Lei Complementar nº 195 de 08 de julho de 2022, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.525 de 11 de maio de 2023 e pelo Decreto Federal nº 11.453 de 23 de março de 2023. No presente edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, previstas no Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente edital é a seleção de Projetos Culturais de produções audiovisuais por meio da celebração de Termo de Execução Cultural para receber repasse financeiro conforme categoria selecionada.

2. DAS CATEGORIAS E VALORES

2.1. O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil reais) destinado a seleção e o fomento de projetos de produções audiovisuais, conforme as tabelas abaixo, com a quantidade, valores unitários dos projetos, distribuídos de acordo com a ampla concorrência, além dos 20% (vinte por cento) de cotas para pessoas negras, 10% (dez por cento) para cotas indígenas, conforme o Art. 16º §1º. IV do Decreto Federal nº 11.525/2023 e cotas para Pessoas com Deficiência.

ITEM	CATEGORIA	20% - COTAS DE PESSOAS NEGRAS	10% - COTAS DE PESSOAS INDÍGENAS	5% - COTAS PCD	AMPLA DISPUTA	QTD DE PROJETOS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL
01	VIDEOCLIFE	3	2	1	9	15	8.000,00	120.000,00
02	WEBSÉRIE	2	1	1	2	6	30.000,00	180.000,00
03	CURTA METRAGEM - DOCUMENTÁRIO	2	1	1	2	6	60.000,00	360.000,00
04	CURTA METRAGEM - FICÇÃO	2	1	1	2	6	80.000,00	480.000,00

2.2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

2.2.1. VIDEOCLIPES – produção de obra audiovisual inédita, vinculada à produção musical autoral, de no mínimo 03 (três) minutos, conter, no mínimo uma das seguintes medidas: legendagem descritiva, LIBRAS ou audiodescrição, o videoclipe deve ser finalizado em suportes digitais de imagem de alta definição, com resolução mínima de





1.920 x 1.080 pixels.

2.2.2. WEB SÉRIES – produção de obra audiovisual inédita, de no mínimo, 2 (dois) episódios, com duração de no mínimo 10 (dez) minutos por episódio. Com destinação inicial para veiculação na internet, conter, no mínimo uma das seguintes medidas: legendagem descritiva, LIBRAS ou audiodescrição, as obras devem estar finalizadas em suportes digitais de alta definição, com resolução mínima de 1.920 x 1.080 pixels.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo e do plano de ação nº 30882120230002-008412.

4. QUEM PODE SE INSCREVER

4.1. Pode se inscrever no presente Edital qualquer agente cultural residente no MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, há pelo menos 02 (dois) anos.

4.2. Poderão inscrever-se neste Edital, o agente cultural, maior de 18 anos, na condição de PROPONENTE como:

4.2.1. Pessoa Física (PF) ou Microempreendedores Individuais (MEI), de natureza cultural, com residência em Imperatriz - MA.

4.2.2. Pessoas Jurídicas (CNPJ) de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com sede e pleno funcionamento no MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, legalmente constituída, que apresente expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico e/ou cultural relacionados ao objeto que satisfaça as condições de habilitação fixadas neste Edital.

4.2.3. Compreende-se, como PROPONENTE, o agente cultural que assume a responsabilidade legal pelo projeto, incluindo a inscrição, o recebimento do recurso, a execução do projeto, as comunicações institucionais e, sobretudo, a prestação de contas.

4.2.4. Não será permitida a representação de artistas por meio de empresário exclusivo, exceto se for integrante do grupo e para apenas uma atração.

4.2.5. O PROPONENTE tem que residir, ou ter sua sede (CNPJ), há pelo menos 02 (dois) anos, no município de IMPERATRIZ - MA, com comprovada atuação no segmento artístico-cultural que satisfaçam as condições de habilitação a este Edital.

5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

5.1. Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

5.2. Os servidores efetivos ou comissionados, membros do conselho municipal de cultura que tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos.

5.3. Sejam cônjuges, companheiros de servidor do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento dos recursos;

5.4. Os proponentes que foram selecionados em editais anteriores do Município de Imperatriz e não executaram objeto do referido edital, não prestaram contas ou teve prestação de contas julgadas irregulares.

5.5. Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

5.6. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.

5.7. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 5.1.

5.8. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o item 5.1.

5.9. O proponente que apresentou proposta no edital destinado as ações do inciso II, Art. 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”,

5.10. O proponente que apresentou proposta no edital destinado as ações do inciso III, Art. 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”.

6. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas de forma de online no site <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>.





6.2. o proponente deverá preencher o formulário de inscrição de forma completa, anexando toda documentação obrigatória relatada no item 7.2.1 se for pessoa física ou 7.2.2 se for pessoa jurídica.

6.3. NO PERÍODO DE 19 DE JUNHO DE 2024 A 19 DE JULHO DE 2024

6.4. As inscrições poderão ser feitas até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia da inscrição.

6.5. Em obediência ao Art. 8, § 7º da Lei Paulo Gustavo, nº 195/08/07/2022. No caso de grupos vulneráveis, de pessoas que possuam dificuldades para locomoção (como no caso de idosos, acamados e pessoas com deficiências físicas) e para os setores de culturas populares e tradicionais e mestres e mestras, as propostas oriundas desses grupos poderão ser apresentadas por meio oral, registradas em formato de vídeo, em formato de link aberto a exibição (sem senhas) ou entregue em pendrive, com o limite máximo de 15 (quinze) minutos de duração.

6.6. Não serão aceitas inscrições com pendência de documentação, assim como inscrições realizadas de forma distinta especificada neste Edital, casos em que serão desconsideradas.

6.7. A inscrição do interessado implicará na prévia e integral concordância com todas as normas deste Edital e seus Anexos.

6.8. Os interessados poderão inscrever APENAS UMA PROPOSTA para o presente edital.

6.9. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da FUMIC.

7. COMO SE INSCREVER

7.1. As inscrições são gratuitas na modalidade online, onde proponente deverá encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2.1 ou 7.2.2 no endereço eletrônico: <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>

7.2. O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

7.2.1. PESSOA FÍSICA

a) Preencher o Formulário de inscrição (online);

b) Preencher o Plano de Trabalho – Projeto (online);

c) Anexar Portfólio e/ou Currículo: Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de IMPERATRIZ, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, links da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição (tanto para pessoa física quanto pessoa jurídica e/ou coletivos e grupos sem CNPJ);

d) Anexar o argumento ou roteiro nos caso dos videoclipe, web séries, curtas metragens – documentário, curta metragens – ficção e o média metragens.

e) Documentos pessoais do proponente CPF e RG;

f) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado no Município de Imperatriz - MA, com até 90 (noventa) dias de validade, contados a partir da data de expedição do documento. Não havendo, deverá ser apresentado, além do comprovante de endereço, uma declaração de residência assinada pelo próprio proponente;

a) A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

i. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

ii. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

iii. que se encontrem em situação de rua.

g) Declaração de Veracidade – Modelo anexo;

h) Declaração étnico-racial – Modelo Anexo (se couber);

i) Laudo Médico Pessoas com Deficiência (se couber);

j) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto;

k) Se representante de Grupo / Coletivo anexar, ainda:

l) Declaração de representação de Grupo/Coletivo indicando a quantidade de integrantes – Modelo anexo;





- 2) Histórico de atuação do grupo ou coletivo (se for o caso).
- 7.2.2. PESSOA JURÍDICA
- b) PESSOA JURÍDICA de direito privado, de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos sediada em IMPERATRIZ/MA, e que apresente expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico e/ou cultural relacionados ao objeto.
- c) Preencher o Formulário de inscrição (online);
- d) Preencher o Plano de Trabalho – Projeto (online);
- e) Anexar o comprovante de Inscrição do (CNPJ) atualizado;
- f) Anexar a cópia de RG e CPF do representante legal;
- g) Anexar a cópia do Contrato Social em se tratando de Empresa;
- h) Anexar o Estatuto Social, Ata e suas publicações em se tratando de Associação;
- i) Certificado de MEI em se tratando de Microempreendedor Individual;
- j) Portfólio e Currículo: Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de IMPERATRIZ, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, links da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
- k) Anexar o argumento ou roteiro nos caso dos videoclipe, web séries, curtas metragens – documentário, curta metragens – ficção e o média metragens.
- l) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado no Município de Imperatriz - MA, com até 90 (noventa) dias de validade, contados a partir da data de expedição do documento. Não havendo, deverá ser apresentado, além do comprovante de endereço, uma declaração de residência assinada pelo próprio proponente;
- m) Declaração de veracidade – modelo anexo;
- n) A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
- iv. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- v. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
- vi. que se encontrem em situação de rua.
- o) Declaração étnico-racial – Modelo Anexo (se couber);
- p) Laudo Médico Pessoas com Deficiência (se couber);
- q) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- 7.3. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- 7.4. Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 (doze) meses).
- 7.5. O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.
- 7.6. As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
8. CONTRAPARTIDA
- 8.1. Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exibições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino público municipal e estadual estabelecidos no Município de Imperatriz - MA.
- 8.2. As contrapartidas deverão ser informadas no Plano de Trabalho - Projeto e devem ser executadas até o final do prazo de vigência do termo de execução cultural.
9. DO DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ





9.1. Ao efetuarem a inscrição, os participantes autorizam a captação e uso gratuito de sua imagem, voz e dos projetos/propostas selecionados para fins de divulgação da programação e ações de comunicação institucional da Prefeitura Municipal de Imperatriz, por período indeterminado;

9.2. Fica também autorizada a gravação de áudio e vídeo das apresentações, se for o caso e atividades de formação para transmissão on-line, em rede pública de TV e rádio, e posterior criação de vídeo institucional de divulgação da Prefeitura Municipal de Imperatriz, a ser utilizado para fins não comerciais por período indeterminado.

10. ETAPAS DO EDITAL

10.1. A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

10.1.1. Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e

10.1.2. Habilitação: Após publicado o resultado final da etapa de análise de mérito cultural pós fase de recurso, os proponentes classificados dentro do número de vagas serão convocados para anexar os documentos de habilitação lista no item 14.

11. DA COMISSÃO DE ANÁLISE

11.1. A Comissão de Análise, responsável pela seleção das propostas neste Edital, seguirá os critérios de avaliação estabelecidos no presente Edital;

11.2. A Comissão de Análise será composta por pessoas especializadas contratadas e será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz - MA.

11.3. Os trabalhos da Comissão de Análise serão registrados em Ata, a qual será assinada pelos respectivos membros e encaminhada a esta Fundação de Cultura.

11.4. A Comissão de Análise e Validação das inscrições poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a documentação apresentada pelos interessados, desde que assegurada a isonomia.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1. Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

12.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

12.3. A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção designada pelo chefe do poder executivo através de portaria ser publicada no diário eletrônico do município.

12.4. Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

12.4.1. tenham interesse direto na matéria;

12.4.2. tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

12.4.3. estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.4.4. O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.5. Dos critérios de avaliação:

Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Imperatriz - MA - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização	10





	da cultura do Município de Imperatriz – MA.	
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução a metas, resultados e desembolsos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução-los.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente - Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovantes enviadas juntamente com a proposta	10
H	Contrapartida - Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

12.5.1. Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
I	Proponentes do gênero feminino	5
J	Proponentes negros e indígenas	5
K	Proponentes com deficiência	5





L	Proponentes residentes na zona rural (povoados) do Município de Imperatriz - MA	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
N	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
O	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos pertencentes a zona rural do Município de Imperatriz - MA	5
P	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20

- 12.6. A pontuação final de cada candidatura será por média das notas atribuídas individualmente por cada membro.
- 12.7. Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- 12.8. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
- 12.9. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.
- 12.10. Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: proponente com maior idade, e persistindo o empate, sorteio.
- 12.11. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
- 12.12. Serão desclassificados os projetos que:
- I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
 - II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 12.13. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.
- 12.14. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
- 12.15. Os recursos de que tratam o item 12.14 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.





12.16. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

12.17. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz – MA - <http://www.diariooficial.imperatriz.ma.gov.br/home>.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme a seguinte regra:

13.1.1. Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral.

13.1.2. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital de AUDIOVISUAL.

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado devesse, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação, anexar os documentos de habilitação na sua inscrição efetivada no endereço eletrônico <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1. PESSOA FÍSICA

I. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)

II. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual; –<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativa/emissaoCertidaoNegativa.jsf>

III. Certidão Negativa de Dívida Ativa junto a Fazenda Estadual; <http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva.jsf>

IV. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal; <https://nfse-ma-imperatriz.portalfacil.com.br/>

V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. <https://www.tst.jus.br/certidao1>

VI. EXTRATO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO PROPONENTE informando nitidamente: Nome do Banco, Número da agência bancária com dígito, Número da conta corrente com dígito, nome completo do favorecido.

14.1.2. PESSOA JURÍDICA

I. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)

II. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual; –<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativa/emissaoCertidaoNegativa.jsf>

III. Certidão Negativa de Dívida Ativa junto a Fazenda Estadual; <http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva.jsf> ;

IV. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal; <https://nfse-ma-imperatriz.portalfacil.com.br/> ;

V. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> ;

VI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. <https://www.tst.jus.br/certidao1> ;

VII. EXTRATO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO PROPONENTE informando nitidamente: Nome do Banco, Número da agência bancária com dígito, Número da conta corrente com dígito, nome completo do favorecido.

14.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

14.3. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a Comissão de Avaliação do presente edital;

14.4. Os recursos de que trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior a? publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

14.5. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.





14.6. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ACESSIBILIDADE

15.1. Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

15.1.1. no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

15.1.2. no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

15.1.3. no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

15.2. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

15.2.1. adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

15.2.2. utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

15.2.3. medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

15.2.4. contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

15.2.5. oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

15.3. Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

15.4. A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 6.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

15.4.1. for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou

15.4.2. quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

15.5. Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

15.6. O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

16. DAS COTAS

16.1. Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

16.1.1. no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

16.1.2. no mínimo 10% para pessoas indígenas.

16.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

16.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados na vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

16.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

16.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

16.6. Caso não haja outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos





aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

16.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial. (modelo anexo).

16.8. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

16.8.1. pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.

17. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

17.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme minuta anexo deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

17.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Fundo Municipal de Incentivo à Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

17.3. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária indicada para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Execução Cultural.

17.4. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

17.5. O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural em até 05 (cinco) dias a contar da publicação da convocação para assinatura do Termo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

18. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

18.1. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.

18.2. O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

18.3. O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

19. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

19.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

19.2. O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento anexo a este edital. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 (trinta) dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

20. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

20.1. Todos os projetos aprovados neste Edital deverão realizar a prestação de contas dos recursos recebidos, conforme Art. 29 e seguintes, do Decreto Federal n.º 11.453/2023.

20.2. A fim de garantir maior segurança e transparência, é recomendado que o Agente Cultural responsável pela execução do projeto faça o upload de todas as notas fiscais e demais documentações relacionadas à prestação de contas, independente da modalidade de prestação de contas utilizada.

20.3. A documentação relativa à execução do objeto e da parte financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

21. DA RESPONSABILIDADE DO AGENTE CULTURAL

21.1. Serão de responsabilidade do Agente Cultural:

21.1.1. Todas as despesas decorrentes de sua participação no programa;

21.1.2. A veracidade das informações e dos documentos apresentados, bem como sua comprovação, quando solicitada;

21.1.3. A guarda de cópia do projeto, dos documentos e de todos os anexos;

21.1.4. Considerando que a apresentação dos projetos se dá em ambiente virtual, é de responsabilidade do Agente Cultural, a partir da inscrição, acompanhar todas as fases do





projeto, devendo as publicações serem acompanhadas também no Diário Oficial Eletrônico do Município.

21.1.5. O Agente Cultural é responsável, durante o período de avaliação do projeto até o seu resultado final, por manter ativos e acessíveis os links de acesso indicados, sob pena de não o fazendo estar sujeito à desclassificação ou inabilitação.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz - MA, nas Mídias sociais oficiais e site do município.

22.2. O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site Prefeitura Municipal de Imperatriz (prefeituradeimperatriz.com).

22.3. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail fcmperatriz@gmail.com

22.4. Os casos omissos neste Edital e seus anexos serão decididos pela Comissão de Análise e Avaliação instituída por Portaria pelo Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz – FCI e Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura – FUMIC.

22.5. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

22.6. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Município de Imperatriz - MA de qualquer responsabilidade civil ou penal.

22.7. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

22.8. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

22.9. A critério da Fundação Cultural de Imperatriz o cronograma poderá ser alteradas as datas das etapas constantes do cronograma.

22.10. O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses.

Imperatriz – MA, 12 de junho de 2024

Charles de Oliveira Silva

Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz

Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

ANEXO I

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital	12/06/2024
Prazo para impugnação do Edital	13 a 17/04/2024
Período de inscrições	19/06/2024 a 19/07/2024
Publicação do Resultado Preliminar das avaliações do Mérito Cultural	30/08/2024
Prazo de Recurso das avaliações do Mérito Cultural	02/09/2024 a 04/09/2024





Publicação do Resultado Final das avaliações do Mérito Cultural	19/09/2024
Envio da documentação de habilitação	20/09/2024 a 03/10/2024
Publicação do resultado preliminar do análise dos documentos de habilitação	11/10/2024
Prazo de Recurso das avaliações dos Documentos de Habilitação	14/10/2024 a 16/10/2024
Publicação da Homologação do resultado	21/10/2024
Convocação para assinatura do Termo de compromisso	28/10/2024

Atenção

A critério da Fundação Cultural de Imperatriz o cronograma poderá ser alteradas as datas das etapas constantes do cronograma.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portadodo
RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARO que, O Sr(a) _____ reside no
endereço _____
-

As informações prestadas nesta declaração são de minha inteira responsabilidade, estando ciente de que a apresentação de informações falsas é passível de penalidades previstas em Lei.

Imperatriz - MA, _____ de _____ de 2024.

PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DO IMÓVEL

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO





OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

Nome do Coletivo/Grupo Cultural:	
Nome do Representante:	
Dados pessoais do representante:	RG
	CPF
e-mail	
Número de telefone	
Endereço	

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS - RG/CPF	ASSINATURAS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).





Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Imperatriz – MA, _____ de _____ de _____

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO V

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais com deficiência)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital), que sou pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

Imperatriz – MA, _____ de _____ de _____

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Eu, _____ Portador (a) do RG nº _____ CPF de nº _____, declaro que as cópias dos documentos apresentados são idênticas ao original sob pena de incorrer nas cominações previstas nas esferas cível, criminal e administrativa, na forma da lei.

IMPERATRIZ, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Proponente

ANEXO VII





MINUTA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 – FUMIC

TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 –FUMIC, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - FUMIC , CNPJ/MF n.º 20.792.103/0001-49, localizada na Rua Rui Barbosa, 201 – Centro, através do Presidente da Fundação Cultural e do Grupo Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, Senhor , brasileiro, agente público, portador do RG n.º e do CPF/MF n.º e o(a) AGENTE CULTURAL, Clique ou toque aqui para inserir o texto., portador(a) do RG nº Clique ou toque aqui para inserir o texto., CPF nº Clique ou toque aqui para inserir o texto., residente e domiciliado(a) à Clique ou toque aqui para inserir o texto., CEP: Clique ou toque aqui para inserir o texto., telefones: Clique ou toque aqui para inserir o texto., e-mail Clique ou toque aqui para inserir o texto. resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural Clique ou toque aqui para inserir o texto., contemplado no conforme Edital de Chamamento Público nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 - FUMIC.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ Clique ou toque aqui para inserir o texto.

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL para recebimento e movimentação:

FAVORECIDO:Clique ou toque aqui para inserir o texto.

CPF/CNPJ:Clique ou toque aqui para inserir o texto.

BANCO: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

AGÊNCIA: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

CONTA CORRENTE: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

4.3 Os recursos necessários para o desenvolvimento deste termo será do plano de Ação nº 30882120230002-008412 com recursos da Lei Paulo Gustavo.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - FUMIC:

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;





IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações ao FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Município de Imperatriz a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto e relatório físico financeiro acompanhado das cópias de notas fiscais no prazo de 30 (trinta dias) após o fim da vigência do presente termo de execução cultural.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e

II - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de





execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.





9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 O Município de Imperatriz através do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura designara Comissão específica para o acompanhamento e monitoramento do projeto objeto do presente termo de execução cultural.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 (DOZE) MESES podendo ser prorrogado por igual período.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Eletrônico do Município de Imperatriz.





15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de Imperatriz para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Imperatriz – MA, Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Pelo órgão:

FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – FUMIC

Pelo Agente Cultural:

Nome do projeto

Nome do Agente Cultural

Publicado por: JEISON DOS SANTOS MINEIRO
ADMINISTRADOR
Código identificador: \$VSIcOwsGj8B

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024 – CINEMAS DE RUA E CINEMA ITINERANTES

Edital de seleção de projetos de cinemas de rua e cinemas itinerantes, previsto nos incisos II, do Art. 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”. O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – FUMIC e da FUNDAÇÃO CULTURAL DE IMPERATRIZ - FCI, neste ato representado pelo Gestor do Fundo e Presidente da Fundação Cultural, Senhor Charles de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que, mediante o presente edital de chamamento público serão selecionados propostas projetos de cinemas de rua e cinemas itinerantes de pessoas físicas e jurídicas residentes no Município de Imperatriz – MA, com fulcro na Lei Complementar nº 195 de 08 de julho de 2022, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.525 de 11 de maio de 2023 e pelo Decreto Federal nº 11.453 de 23 de março de 2023. No presente edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, previstas no Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente edital é a seleção de Projetos Culturais de cinemas de rua e de cinemas itinerantes por meio da celebração de Termo de Execução Cultural para receber repasse financeiro conforme categoria selecionada.

2. DAS CATEGORIAS E VALORES

2.1. O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destinado a seleção e o fomento de projetos de cinemas de rua e de cinemas itinerantes, conforme as tabelas abaixo, com a quantidade, valores unitários dos projetos, distribuídos de acordo com a ampla concorrência, além dos 20% (vinte por cento) de cotas para pessoas negras, 10% (dez por cento) para cotas indígenas, conforme o Art. 16º §1º. IV do Decreto Federal nº 11.525/2023 e cotas para Pessoas com Deficiência.

ITEM	CATEGORIA	20% - COTAS DE PESSOAS NEGRAS	10% - COTAS DE PESSOAS INDÍGENAS	5% - COTAS PCD	AMPLA DISPUTA	QT D DE PR OJE	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL
------	-----------	-------------------------------	----------------------------------	----------------	---------------	----------------	--------------------------	-------------





						TO S		
01	CINEMA DE RUA OU CINEMA ITINERANTE	1	-	-	1	2	100.000,00	200.000,00

2.2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

2.2.1. CINEMA ITINERANTES OU CINEMA DE RUA: Considera-se cinema de rua ou cinema itinerante o serviço de exibição aberta ao público regular de obras audiovisuais para fruição coletiva em espaços abertos, em locais públicos e em equipamentos móveis, de modo gratuito, admitida a possibilidade de aplicação dos recursos em projetos já existentes ou novos, públicos ou privados.

2.2.2. O Proponente deve apresentar um plano de ação que contemple no mínimo 05 (cinco) exibições aberta ao público regular de obras audiovisuais, conforme divisão abaixo:

- No mínimo 03 (três) exibições abertas ao público regular de obra audiovisuais na zona urbana da cidade de Imperatriz – MA, em datas e locais diferentes;
- no mínimo 02 (duas) exibições abertas ao público regular de obra audiovisuais na zona urbana da cidade de Imperatriz – MA, em datas e locais diferentes.

2.2.3. Os filmes a serem exibidos devem ser preferencialmente nacionais.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos da Lei Complementa nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo e do plano de ação nº 30882120230002-008412.

4. QUEM PODE SE INSCREVER

4.1. Pode se inscrever no presente Edital qualquer agente cultural residente no MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, há pelo menos 02 (dois) anos.

4.2. Poderão inscrever-se neste Edital, o agente cultural, maior de 18 anos, na condição de PROPONENTE como:

4.2.1. Pessoa Física (PF) ou Microempreendedores Individuais (MEI), de natureza cultural, com residência em Imperatriz - MA.

4.2.2. Pessoas Jurídicas (CNPJ) de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com sede e pleno funcionamento no MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, legalmente constituída, que apresente expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico e/ou cultural relacionados ao objeto que satisfaça as condições de habilitação fixadas neste Edital.

4.2.3. Compreende-se, como PROPONENTE, o agente cultural que assume a responsabilidade legal pelo projeto, incluindo a inscrição, o recebimento do recurso, a execução do projeto, as comunicações institucionais e, sobretudo, a prestação de contas.

4.2.4. Não será permitida a representação de artistas por meio de empresário exclusivo, exceto se for integrante do grupo e para apenas uma atração.

4.2.5. O PROPONENTE tem que residir, ou ter sua sede (CNPJ), há pelo menos 02 (dois) anos, no município de IMPERATRIZ - MA, com comprovada atuação no segmento artístico-cultural que satisfaçam as condições de habilitação a este Edital.

5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

5.1. Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

5.2. Os servidores efetivos ou comissionados, membros do conselho municipal de cultura que tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos.

5.3. Sejam cônjuges, companheiros de servidor do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento dos recursos;

5.4. Os proponentes que foram selecionados em editais anteriores do Município de Imperatriz e não executaram objeto do referido edital, não prestaram contas ou teve prestação de contas julgadas irregulares.

5.5. Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).





5.6. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

5.7. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos daquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 5.1.

5.8. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o item 5.1.

5.9. O proponente que apresentou proposta no edital destinado as ações do inciso I, Art. 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”,

5.10. O proponente que apresentou proposta no edital destinado as ações do inciso III, Art. 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”.

6. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas de forma de online no site <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>.

6.2. o proponente deverá preencher o formulário de inscrição de forma completa, anexando toda documentação obrigatória relatada no item 7.2.1 se for pessoa física ou 7.2.2 se for pessoa jurídica.

6.3. NO PERÍODO DE 19 DE JUNHO DE 2024 A 19 DE JULHO DE 2024.

6.4. As inscrições poderão ser feitas até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia da inscrição.

6.5. Em obediência ao Art. 8, § 7º da Lei Paulo Gustavo, nº 195/2022. No caso de grupos vulneráveis, de pessoas que possuam dificuldades para locomoção (como no caso de idosos, acamados e pessoas com deficiências físicas) e para os setores de culturas populares e tradicionais e mestres e mestras, as propostas oriundas desses grupos poderão ser apresentadas por meio oral, registradas em formato de vídeo, em formato de link aberto a exibição (sem senhas) ou entregue em pendrive, com o limite máximo de 15 (quinze) minutos de duração.

6.6. Não serão aceitas inscrições com pendência de documentação, assim como inscrições realizadas de forma distinta especificada neste Edital, casos em que serão desconsideradas.

6.7. A inscrição do interessado implicará na prévia e integral concordância com todas as normas deste Edital e seus Anexos.

6.8. Os interessados poderão inscrever APENAS UMA PROPOSTA para o presente edital.

6.9. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da FUMIC.

7. COMO SE INSCREVER

7.1. As inscrições são gratuitas na modalidade online, onde proponente deverá encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2.1 ou 7.2.2 no endereço eletrônico: <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>

7.2. O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

7.2.1. PESSOA FÍSICA

a) Preencher o Formulário de inscrição (online);

b) Preencher o Plano de Trabalho – Projeto (online);

c) Anexar Portfólio e/ou Currículo: Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de IMPERATRIZ, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, links da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição (tanto para pessoa física quanto pessoa jurídica e/ou coletivos e grupos sem CNPJ);

d) Documentos pessoais do proponente CPF e RG;

e) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado no Município de Imperatriz - MA, com até 90 (noventa) dias de validade, contados a partir da data de expedição do documento. Não havendo, deverá ser apresentado, além do comprovante de endereço, uma declaração de residência assinada pelo próprio proponente;

a) A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

i. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

ii. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

iii. que se encontrem em situação de rua.





- f) Declaração de Veracidade – Modelo Anexo;
- g) Declaração étnico-racial – Modelo Anexo (se couber);
- h) Laudo Médico Pessoas com Deficiência (se couber);
- i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto;
- j) Se representante de Grupo / Coletivo anexar, ainda:
 - 1) Declaração de representação de Grupo/Coletivo indicando a quantidade de integrantes – Modelo anexo;
 - 2) Histórico de atuação do grupo ou coletivo (se for o caso).

7.2.2. PESSOA JURÍDICA

- b) PESSOA JURÍDICA de direito privado, de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos sediada em IMPERATRIZ/MA, e que apresente expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico e/ou cultural relacionados ao objeto.
 - c) Preencher o Formulário de inscrição (online);
 - d) Preencher o Plano de Trabalho – Projeto (online);
 - e) Anexar o comprovante de Inscrição do (CNPJ) atualizado;
 - f) Anexar a cópia de RG e CPF do representante legal;
 - g) Anexar a cópia do Contrato Social em se tratando de Empresa;
 - h) Anexar o Estatuto Social, Ata e suas publicações em se tratando de Associação;
 - i) Certificado de MEI em se tratando de Microempreendedor Individual;
 - j) Portfólio e Currículo: Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de IMPERATRIZ, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, links da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
 - k) Anexar o argumento ou roteiro nos caso dos videoclipe, web séries, curtas metragens – documentário, curta metragens – ficção e o média metragens.
 - l) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado no Município de Imperatriz - MA, com até 90 (noventa) dias de validade, contados a partir da data de expedição do documento. Não havendo, deverá ser apresentado, além do comprovante de endereço, uma declaração de residência assinada pelo próprio proponente;
 - m) Declaração de Veracidade – Modelo Anexo;
 - n) A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
 - iv. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
 - v. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
 - vi. que se encontrem em situação de rua.
 - o) Declaração étnico-racial – Modelo Anexo (se couber);
 - p) Laudo Médico Pessoas com Deficiência (se couber);
 - q) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- 7.3. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- 7.4. Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 (doze) meses).
- 7.5. O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.





7.6. As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. CONTRAPARTIDA

8.1. Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exhibições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino público municipal e estadual estabelecidos no Município de Imperatriz - MA.

8.2. As contrapartidas deverão ser informadas no Plano de Trabalho - Projeto e devem ser executadas até o final do prazo de vigência do termo de execução cultural.

9. DO DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ

9.1. Ao efetuarem a inscrição, os participantes autorizam a captação e uso gratuito de sua imagem, voz e dos projetos/propostas selecionados para fins de divulgação da programação e ações de comunicação institucional da Prefeitura Municipal de Imperatriz, por período indeterminado;

9.2. Fica também autorizada a gravação de áudio e vídeo das apresentações, se for o caso e atividades de formação para transmissão on-line, em rede pública de TV e rádio, e posterior criação de vídeo institucional de divulgação da Prefeitura Municipal de Imperatriz, a ser utilizado para fins não comerciais por período indeterminado.

10. ETAPAS DO EDITAL

10.1. A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

10.1.1. Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e

10.1.2. Habilitação: Após publicado o resultado final da etapa de análise de mérito cultural pós fase de recurso, os proponentes classificados dentro do número de vagas serão convocados para anexar os documentos de habilitação lista no item 14.

11. DA COMISSÃO DE ANÁLISE

11.1. A Comissão de Análise, responsável pela seleção das propostas neste Edital, seguirá os critérios de avaliação estabelecidos no presente Edital;

11.2. A Comissão de Análise será composta por pessoas especializadas contratadas e será publicada no Diário Oficial do Município.

11.3. Os trabalhos da Comissão de Análise serão registrados em Ata, a qual será assinada pelos respectivos membros e encaminhada a esta Fundação de Cultura.

11.4. A Comissão de Análise e Validação das inscrições poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a documentação apresentada pelos interessados, desde que assegurada a isonomia.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1. Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

12.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto e? atribuída em função desta comparação.

12.3. A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção designada pelo chefe do poder executivo através de portaria ser publicada no diário eletrônico do município.

12.4. Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

12.4.1. tenham interesse direto na matéria;

12.4.2. tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

12.4.3. estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.4.4. O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.5. Dos critérios de avaliação:





Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Imperatriz – MA - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município de Imperatriz – MA.	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução a metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente - Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovantes enviados juntamente com a proposta	10
H	Contrapartida - Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

12.5.1. Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
I	Proponentes do gênero feminino	5
J	Proponentes negros e indígenas	5
K	Proponentes com deficiência	5
L	Proponentes residentes na zona rural (povoados) do Município de Imperatriz - MA	5





PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL

20

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
N	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
O	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos pertencentes a zona rural do Município de Imperatriz – MA	5
P	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20

12.6. A pontuação final de cada candidatura será por média das notas atribuídas individualmente por cada membro.

12.7. Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

12.8. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.

12.9. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.

12.10. Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: proponente com maior idade, e persistindo o empate, sorteio.

12.11. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.

12.12. Serão desclassificados os projetos que:

I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;

II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

12.13. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

12.14. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.

12.15. Os recursos de que tratam o item 12.14 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

12.16. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.



12.17. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz – MA - <http://www.diariooficial.imperatriz.ma.gov.br/home>.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme a seguinte regra:

13.1.1. Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral.

13.1.2. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital de AUDIOVISUAL.

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado devesse, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação, anexar os documentos de habilitação na sua inscrição efetivada no endereço eletrônico <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com>, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1. PESSOA FÍSICA

I. Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)

II. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual; –<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativa/emissaoCertidaoNegativa.jsf>

III. Certidão Negativa de Dívida Ativa junto a Fazenda Estadual; <http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva.jsf>

IV. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal; <https://nfse-ma-imperatriz.portalfacil.com.br/>

V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. <https://www.tst.jus.br/certidao1>

VI. EXTRATO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO PROPONENTE informando nitidamente: Nome do Banco, Número da agência bancária com dígito, Número da conta corrente com dígito, nome completo do favorecido.

14.1.2. PESSOA JURÍDICA

I. Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)

II. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual; –<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativa/emissaoCertidaoNegativa.jsf>

III. Certidão Negativa de Dívida Ativa junto a Fazenda Estadual; <http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva.jsf> ;

IV. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal; <https://nfse-ma-imperatriz.portalfacil.com.br/> ;

V. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> ;

VI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. <https://www.tst.jus.br/certidao1> ;

VII. EXTRATO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO PROPONENTE informando nitidamente: Nome do Banco, Número da agência bancária com dígito, Número da conta corrente com dígito, nome completo do favorecido.

14.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

14.3. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a Comissão de Avaliação do presente edital;



14.4. Os recursos de que trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior a publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

14.5. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

14.6. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ACESSIBILIDADE

15.1. Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

15.1.1. no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

15.1.2. no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

15.1.3. no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

15.2. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

15.2.1. adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

15.2.2. utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

15.2.3. medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

15.2.4. contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

15.2.5. oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

15.3. Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

15.4. A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 6.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

15.4.1. for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou

15.4.2. quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

15.5. Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

15.6. O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

16. DAS COTAS

16.1. Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

16.1.1. no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

16.1.2. no mínimo 10% para pessoas indígenas.

16.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

16.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados na vagas da ampla concorrência, ficando a





vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

16.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

16.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

16.6. Caso não haja outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

16.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a auto declaração étnico-racial. (modelo anexo).

16.8. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

16.8.1. pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.

17. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

17.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme minuta anexo deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

17.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Fundo Municipal de Incentivo à Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

17.3. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária indicada para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Execução Cultural.

17.4. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

17.5. O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural em até 05 (cinco) dias a contar da publicação da convocação para assinatura do Termo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

18. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

18.1. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.

18.2. O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

18.3. O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

19. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

19.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

19.2. O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento anexo a este edital. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 (trinta) dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

20. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

20.1. Todos os projetos aprovados neste Edital deverão realizar a prestação de contas dos recursos recebidos, conforme Art. 29 e seguintes, do Decreto Federal n.º 11.453/2023.

20.2. A fim de garantir maior segurança e transparência, é recomendado que o Agente Cultural responsável pela execução do projeto faça o upload de todas as notas fiscais e demais documentações relacionadas à prestação de contas, independente da modalidade de prestação de contas utilizada.

20.3. A documentação relativa à execução do objeto e da parte financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.





21. DA RESPONSABILIDADE DO AGENTE CULTURAL
- 21.1. Serão de responsabilidade do Agente Cultural:
- 21.1.1. Todas as despesas decorrentes de sua participação no programa;
- 21.1.2. A veracidade das informações e dos documentos apresentados, bem como sua comprovação, quando solicitada;
- 21.1.3. A guarda de cópia do projeto, dos documentos e de todos os anexos;
- 21.1.4. Considerando que a apresentação dos projetos se dá em ambiente virtual, é de responsabilidade do Agente Cultural, a partir da inscrição, acompanhar todas as fases do projeto, devendo as publicações serem acompanhadas também no Diário Oficial Eletrônico do Município.
- 21.1.5. O Agente Cultural é responsável, durante o período de avaliação do projeto até o seu resultado final, por manter ativos e acessíveis os links de acesso indicados, sob pena de não o fazendo estar sujeito à desclassificação ou inabilitação.
22. DISPOSIÇÕES FINAIS
- 22.1. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz - MA, nas Mídias sociais oficiais e site do município.
- 22.2. O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site Prefeitura Municipal de Imperatriz (prefeituradeimperatriz.com).
- 22.3. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail fcimperatriz@gmail.com
- 22.4. Os casos omissos neste Edital e seus anexos serão decididos pela Comissão de Análise e Avaliação instituída por Portaria pelo Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz – FCI e Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura – FUMIC.
- 22.5. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
- 22.6. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Município de Imperatriz - MA de qualquer responsabilidade civil ou penal.
- 22.7. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
- 22.8. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
- 22.9. A critério da Fundação Cultural de Imperatriz o cronograma poderá ser alteradas as datas das etapas constantes do cronograma.
- 22.10. O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses.

Imperatriz – MA, 12 de junho de 2024

Charles de Oliveira Silva

Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz

Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura





ANEXO I

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital	12/06/2024
Prazo para impugnação do Edital	13 a 17/04/2024
Período de inscrições	19/06/2024 a 19/07/2024
Publicação do Resultado Preliminar das avaliações do Mérito Cultural	30/08/2024
Prazo de Recurso das avaliações do Mérito Cultural	02/09/2024 a 04/09/2024
Publicação do Resultado Final das avaliações do Mérito Cultural	19/09/2024
Envio da documentação de habilitação	20/09/2024 a 03/10/2024
Publicação do resultado preliminar do análise dos documentos de habilitação	11/10/2024
Prazo de Recurso das avaliações dos Documentos de Habilitação	14/10/2024 a 16/10/2024
Publicação da Homologação do resultado	21/10/2024
Convocação para assinatura do Termo de compromisso	28/10/2024

Atenção

A critério da Fundação Cultural de Imperatriz o cronograma poderá ser alteradas as datas das etapas constantes do cronograma.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portadodo
RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARO que, O Sr(a) _____ reside no
endereço _____
-.-

As informações prestadas nesta declaração são de minha inteira responsabilidade, estando ciente de que a apresentação de informações falsas é passível de penalidades previstas





em Lei.

Imperatriz - MA, _____ de _____ de 2024.

PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DO IMÓVEL

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

Nome do Coletivo/Grupo Cultural:	
Nome do Representante:	
Dados pessoais do representante:	RG
	CPF
e-mail	
Número de telefone	
Endereço	

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS - RG/CPF	ASSINATURAS





ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Imperatriz – MA, _____ de _____ de _____

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO V

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais com deficiência)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital), que sou pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

Imperatriz – MA, _____ de _____ de _____

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE





ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Eu, _____ Portador (a) do RG nº _____ CPF de nº _____, declaro que as cópias dos documentos apresentados são idênticas ao original sob pena de incorrer nas cominações previstas nas esferas cível, criminal e administrativa, na forma da lei.

IMPERATRIZ, de de 20.

Assinatura do Proponente

ANEXO VII

MINUTA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 – FUMIC

TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 –FUMIC, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - FUMIC, CNPJ/MF nº 20.792.103/0001-49, localizada na Rua Rui Barbosa, 201 – Centro, através do Presidente da Fundação Cultural e do Grupo Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, Senhor, brasileiro, agente público, portador do RG nº e do CPF/MF nº e o(a) AGENTE CULTURAL, Clique ou toque aqui para inserir o texto., portador(a) do RG nº Clique ou toque aqui para inserir o texto., CPF nº Clique ou toque aqui para inserir o texto., residente e domiciliado(a) à Clique ou toque aqui para inserir o texto., CEP: Clique ou toque aqui para inserir o texto., telefones: Clique ou toque aqui para inserir o texto., e-mail Clique ou toque aqui para inserir o texto. resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural Clique ou toque aqui para inserir o texto., contemplado no conforme Edital de Chamamento Público nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 - FUMIC.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ Clique ou toque aqui para inserir o texto.

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL para recebimento e movimentação:

FAVORECIDO:Clique ou toque aqui para inserir o texto.





CPF/CNPJ:Clique ou toque aqui para inserir o texto.

BANCO: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

AGÊNCIA: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

CONTA CORRENTE: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

4.3 Os recursos necessários para o desenvolvimento deste termo será do plano de Ação nº 30882120230002-008412 com recursos da Lei Paulo Gustavo.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - FUMIC:

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações ao FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Município de Imperatriz a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto e relatório físico financeiro acompanhado das cópias de notas fiscais no prazo de 30 (trinta dias) após o fim da vigência do presente termo de execução cultural.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e





II - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.





8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.





10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 O Município de Imperatriz através do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura designara Comissão específica para o acompanhamento e monitoramento do projeto objeto do presente termo de execução cultural.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 (DOZE) MESES podendo ser prorrogado por igual período.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Eletrônico do Município de Imperatriz.

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de Imperatriz para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Imperatriz – MA, Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Pelo órgão:

FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – FUMIC

Pelo Agente Cultural:

Nome do projeto

Nome do Agente Cultural

Publicado por: JEISON DOS SANTOS MINEIRO
ADMINISTRADOR
Código identificador: \$aYQLAUKsQ2a

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024 – FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO AUDIOVISUAL

Edital de seleção de projetos de formação e qualificação no audiovisual e projeto de festival ou mostra de produções audiovisuais, previsto nos incisos III, do Art. 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”. O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – FUMIC e da FUNDAÇÃO CULTURAL DE IMPERATRIZ - FCI, neste ato representado pelo Gestor do Fundo e Presidente da Fundação Cultural, Senhor Charles de Oliveira





Silva, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que, mediante o presente edital de chamamento público serão selecionados propostas de projetos de formação e qualificação no audiovisual e projetos de festival ou mostra de produções audiovisuais de pessoas físicas e jurídicas residentes no Município de Imperatriz – MA, com fulcro na Lei Complementar nº 195 de 08 de julho de 2022, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.525 de 11 de maio de 2023 e pelo Decreto Federal nº 11.453 de 23 de março de 2023. No presente edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, previstas no Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente edital é a seleção de Projetos Culturais de formação e qualificação no audiovisual e projetos de festival ou mostra no audiovisual por meio da celebração de Termo de Execução Cultural para receber repasse financeiro conforme categoria selecionada.

2. DAS CATEGORIAS E VALORES

2.1. O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) destinado a seleção e o fomento de projetos de formação e qualificação no audiovisual e projetos de festival ou mostra no audiovisual, conforme as tabelas abaixo, com a quantidade, valores unitários dos projetos, distribuídos de acordo com a ampla concorrência, além dos 20% (vinte por cento) de cotas para pessoas negras, 10% (dez por cento) para cotas indígenas, conforme o Art. 16º §1º. IV do Decreto Federal nº 11.525/2023 e cotas para Pessoas com Deficiência.

ITEM	CATEGORIA	20% - COTAS DE PESSOAS NEGRAS	10% - COTAS DE PESSOAS INDÍGENAS	5% - COTAS PCD	AMPLA DISPUTA	QTD DE PROJETOS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL
01	CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO	-	-	-	1	1	70.000,00	70.000,00
02	FESTIVAL OU MOSTRA NO AUDIOVISUAL	-	-	-	1	1	60.000,00	60.000,00

2.2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

2.2.1. Compreende-se por CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO, cursos ou oficinas que tem como objetivo a atualização, o aperfeiçoamento profissional de habilidades técnicas, como forma de adquirir o conhecimento técnico sobre determinado assunto, seja de maneira teórica e/ou prática.

2.2.1.1. O proponente devesse apresentar Projeto pedagógico que incluirá ementa de no mínimo 02 (dois) cursos/oficinas que tenha carga horária mínima de 20h (vinte horas) e no mínimo 30 (trinta) vagas para cada curso/oficina para o público alvo - Artistas, fazedores de cultura, ativistas produtores culturais da cidade de Imperatriz, comprovação da capacidade técnica compatível com objeto do projeto a ser proposto, curriculum dos instrutores dos cursos/oficinas;

2.2.1.2. Sugestões de propostas de cursos - edição, motion graphics e vfx, direção de arte, produtor de locação, produção executiva, elétrica básica, assistente de câmera (1º e 2º), captação de som direto, direção de fotografia, continuísta, cenógrafo, cenotécnico, elaboração de projetos culturais, roteiro, cinematário, entre outros cursos técnicos e práticos da área.

2.2.2. Compreende -se FESTIVAIS iniciativa organizada em torno de um tema específico, estilo cinematográfico ou período de produção, e busca oferecer ao público uma oportunidade de apreciar e refletir sobre obras cinematográficas de qualidade.

2.2.3. Compreende -se MOSTRA AUDIOVISUAIS iniciativa que busca promover o intercâmbio cultural, estimular a produção audiovisual, a formação de público e proporcionar visibilidade a filmes, documentários, animações e outras produções do audiovisual.





3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo e do plano de ação nº 30882120230002-008412.

4. QUEM PODE SE INSCREVER

4.1. Pode se inscrever no presente Edital qualquer agente cultural residente no MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, há pelo menos 02 (dois) anos.

4.2. Poderão inscrever-se neste Edital, o agente cultural, maior de 18 anos, na condição de PROPONENTE como:

4.2.1. Pessoa Física (PF) ou Microempreendedores Individuais (MEI), de natureza cultural, com residência em Imperatriz - MA.

4.2.2. Pessoas Jurídicas (CNPJ) de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com sede e pleno funcionamento no MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, legalmente constituída, que apresente expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico e/ou cultural relacionados ao objeto que satisfaça as condições de habilitação fixadas neste Edital.

4.2.3. Compreende-se, como PROPONENTE, o agente cultural que assume a responsabilidade legal pelo projeto, incluindo a inscrição, o recebimento do recurso, a execução do projeto, as comunicações institucionais e, sobretudo, a prestação de contas.

4.2.4. Não será permitida a representação de artistas por meio de empresário exclusivo, exceto se for integrante do grupo e para apenas uma atração.

4.2.5. O PROPONENTE tem que residir, ou ter sua sede (CNPJ), há pelo menos 02 (dois) anos, no município de IMPERATRIZ - MA, com comprovada atuação no segmento artístico-cultural que satisfaçam as condições de habilitação a este Edital.

5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

5.1. Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

5.2. Os servidores efetivos ou comissionados, membros do conselho municipal de cultura que tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos.

5.3. Sejam cônjuges, companheiros de servidor do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento dos recursos;

5.4. Os proponentes que foram selecionados em editais anteriores do Município de Imperatriz e não executaram objeto do referido edital, não prestaram contas ou teve prestação de contas julgadas irregulares.

5.5. Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

5.6. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.

5.7. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 5.1.

5.8. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o item 5.1.

5.9. O proponente que apresentou proposta no edital destinado as ações do inciso I, Art. 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”,

5.10. O proponente que apresentou proposta no edital destinado as ações do inciso II, Art. 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”.

6. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas em forma de online no site <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>.

6.2. o proponente deverá preencher o formulário de inscrição de forma completa, anexando toda documentação obrigatória relatada no item 7.2.1 se for pessoa física ou 7.2.2 se for pessoa jurídica.

6.3. NO PERÍODO DE 19 DE JUNHO DE 2024 A 19 DE JULHO DE 2024.

6.4. As inscrições poderão ser feitas até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia da inscrição.





6.5. Em obediência ao Art. 8, § 7º da Lei Paulo Gustavo, nº 195/08/07/2022. No caso de grupos vulneráveis, de pessoas que possuam dificuldades para locomoção (como no caso de idosos, acamados e pessoas com deficiências físicas) e para os setores de culturas populares e tradicionais e mestres e mestras, as propostas oriundas desses grupos poderão ser apresentadas por meio oral, registradas em formato de vídeo, em formato de link aberto a exibição (sem senhas) ou entregue em pendrive, com o limite máximo de 15 (quinze) minutos de duração.

6.6. Não serão aceitas inscrições com pendência de documentação, assim como inscrições realizadas de forma distinta especificada neste Edital, casos em que serão desconsideradas.

6.7. A inscrição do interessado implicará na prévia e integral concordância com todas as normas deste Edital e seus Anexos.

6.8. Os interessados poderão inscrever APENAS UMA PROPOSTA para o presente edital.

6.9. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da FUMIC.

7. COMO SE INSCREVER

7.1. As inscrições são gratuitas na modalidade online, onde proponente deverá encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2.1 ou 7.2.2 no endereço eletrônico: <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>

7.2. O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

7.2.1. PESSOA FÍSICA

a) Preencher o Formulário de inscrição (online);

b) Preencher o Plano de Trabalho – Projeto (online);

c) Anexar Portfólio e/ou Currículo: Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de IMPERATRIZ, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, links da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição (tanto para pessoa física quanto pessoa jurídica e/ou coletivos e grupos sem CNPJ);

d) Documentos pessoais do proponente CPF e RG;

e) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado no Município de Imperatriz - MA, com até 90 (noventa) dias de validade, contados a partir da data de expedição do documento. Não havendo, deverá ser apresentado, além do comprovante de endereço, uma declaração de residência assinada pelo próprio proponente;

a) A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

i. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

ii. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

iii. que se encontrem em situação de rua.

f) Declaração de Veracidade – Modelo anexo;

g) Declaração étnico-racial – Modelo Anexo (se couber);

h) Laudo Médico Pessoas com Deficiência (se couber);

i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto;

j) Se representante de Grupo / Coletivo anexar, ainda:

1) Declaração de representação de Grupo/Coletivo indicando a quantidade de integrantes – Modelo anexo;

2) Histórico de atuação do grupo ou coletivo (se for o caso).

7.2.2. PESSOA JURÍDICA

b) PESSOA JURÍDICA de direito privado, de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos sediada em IMPERATRIZ/MA, e que apresente expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico e/ou cultural relacionados ao objeto.

c) Preencher o Formulário de inscrição (online);

d) Preencher o Plano de Trabalho – Projeto (online);





- e) Anexar o comprovante de Inscrição do (CNPJ) atualizado;
 - f) Anexar a cópia de RG e CPF do representante legal;
 - g) Anexar a cópia do Contrato Social em se tratando de Empresa;
 - h) Anexar o Estatuto Social, Ata e suas publicações em se tratando de Associação;
 - i) Certificado de MEI em se tratando de Microempreendedor Individual;
 - j) Portfólio e Currículo: Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de IMPERATRIZ, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, links da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
 - k) Anexar o argumento ou roteiro nos caso dos videoclipe, web séries, curtas metragens – documentário, curta metragens – ficção e o média metragens.
 - l) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado no Município de Imperatriz - MA, com até 90 (noventa) dias de validade, contados a partir da data de expedição do documento. Não havendo, deverá ser apresentado, além do comprovante de endereço, uma declaração de residência assinada pelo próprio proponente;
 - m) Declaração de Veracidade – Modelo anexo;
 - n) A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
 - iv. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
 - v. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
 - vi. que se encontrem em situação de rua.
 - o) Declaração étnico-racial – Modelo Anexo (se couber);
 - p) Laudo Médico Pessoas com Deficiência (se couber);
 - q) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- 7.3. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- 7.4. Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 (doze) meses).
- 7.5. O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.
- 7.6. As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
8. CONTRAPARTIDA
- 8.1. Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino público municipal e estadual estabelecidos no Município de Imperatriz - MA.
- 8.2. As contrapartidas deverão ser informadas no Plano de Trabalho - Projeto e devem ser executadas até o final do prazo de vigência do termo de execução cultural.
9. DO DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ
- 9.1. Ao efetuarem a inscrição, os participantes autorizam a captação e uso gratuito de sua imagem, voz e dos projetos/propostas selecionados para fins de divulgação da programação e ações de comunicação institucional da Prefeitura Municipal de Imperatriz, por período indeterminado;
- 9.2. Fica também autorizada a gravação de áudio e vídeo das apresentações, se for o caso e atividades de formação para transmissão on-line, em rede pública de TV e rádio, e posterior criação de vídeo institucional de divulgação da Prefeitura Municipal de Imperatriz, a ser utilizado para fins não comerciais por período indeterminado.



10. ETAPAS DO EDITAL

10.1. A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

10.1.1. Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e

10.1.2. Habilitação: Após publicado o resultado final da etapa de análise de mérito cultural pós fase de recurso, os proponentes classificados dentro do número de vagas serão convocados para anexar os documentos de habilitação lista no item 14.

11. DA COMISSÃO DE ANÁLISE

11.1. A Comissão de Análise, responsável pela seleção das propostas neste Edital, seguirá os critérios de avaliação estabelecidos no presente Edital;

11.2. A Comissão de Análise será composta por pessoas especializadas contratadas e será publicada no Diário Oficial do Município.

11.3. Os trabalhos da Comissão de Análise serão registrados em Ata, a qual será assinada pelos respectivos membros e encaminhada a esta Fundação de Cultura.

11.4. A Comissão de Análise e Validação das inscrições poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a documentação apresentada pelos interessados, desde que assegurada a isonomia.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1. Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

12.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto e? atribuída em função desta comparação.

12.3. A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção designada pelo chefe do poder executivo através de portaria ser publicada no diário eletrônico do município.

12.4. Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

12.4.1. tenham interesse direto na matéria;

12.4.2. tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

12.4.3. estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.4.4. O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.5. Dos critérios de avaliação:

Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Imperatriz - MA - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município de Imperatriz - MA.	10





C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução a metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente - Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovantes enviadas juntamente com a proposta	10
H	Contrapartida - Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

12.5.1. Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
I	Proponentes do gênero feminino	5
J	Proponentes negros e indígenas	5
K	Proponentes com deficiência	5





L	Proponentes residentes na zona rural (povoados) do Município de Imperatriz - MA	5
---	---	---

PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20
-----------------------	--	----

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
N	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
O	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos pertencentes a zona rural do Município de Imperatriz – MA	5
P	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5

PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20
-----------------------	--	----

- 12.6. A pontuação final de cada candidatura será por média das notas atribuídas individualmente por cada membro.
- 12.7. Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- 12.8. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
- 12.9. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.
- 12.10. Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: proponente com maior idade, e persistindo o empate, sorteio.
- 12.11. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
- 12.12. Serão desclassificados os projetos que:
- I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
 - II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 12.13. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.
- 12.14. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
- 12.15. Os recursos de que tratam o item 12.14 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.





12.16. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

12.17. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz – MA - <http://www.diariooficial.imperatriz.ma.gov.br/home>.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme a seguinte regra:

13.1.1. Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral.

13.1.2. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital de AUDIOVISUAL.

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado devesse, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação, anexar os documentos de habilitação na sua inscrição efetivada no endereço eletrônico <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1. PESSOA FÍSICA

I. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)

II. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual; –<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativa/emissaoCertidaoNegativa.jsf>

III. Certidão Negativa de Dívida Ativa junto a Fazenda Estadual; <http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva.jsf>

IV. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal; <https://nfse-ma-imperatriz.portalfacil.com.br/>

V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. <https://www.tst.jus.br/certidao1>

VI. EXTRATO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO PROPONENTE informando nitidamente: Nome do Banco, Número da agência bancária com dígito, Número da conta corrente com dígito, nome completo do favorecido.

14.1.2. PESSOA JURÍDICA

I. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)

II. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual; –<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativa/emissaoCertidaoNegativa.jsf>

III. Certidão Negativa de Dívida Ativa junto a Fazenda Estadual; <http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva.jsf> ;

IV. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal; <https://nfse-ma-imperatriz.portalfacil.com.br/> ;

V. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> ;

VI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. <https://www.tst.jus.br/certidao1> ;

VII. EXTRATO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO PROPONENTE informando nitidamente: Nome do Banco, Número da agência bancária com dígito, Número da conta corrente com dígito, nome completo do favorecido.

14.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

14.3. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a Comissão de Avaliação do presente edital;

14.4. Os recursos de que trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior a? publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

14.5. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

14.6. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.



15. ACESSIBILIDADE

15.1. Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

15.1.1. no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

15.1.2. no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

15.1.3. no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

15.2. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

15.2.1. adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

15.2.2. utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

15.2.3. medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

15.2.4. contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

15.2.5. oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

15.3. Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

15.4. A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 6.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

15.4.1. for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou

15.4.2. quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

15.5. Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

15.6. O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

16. DAS COTAS

16.1. Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

16.1.1. no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

16.1.2. no mínimo 10% para pessoas indígenas.

16.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

16.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados na vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

16.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

16.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.



16.6. Caso não haja outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

16.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial. (modelo anexo).

16.8. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

16.8.1. pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.

17. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

17.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme minuta anexo deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

17.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Fundo Municipal de Incentivo à Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

17.3. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária indicada para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Execução Cultural.

17.4. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

17.5. O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural em até 05 (cinco) dias a contar da publicação da convocação para assinatura do Termo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

18. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

18.1. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.

18.2. O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

18.3. O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

19. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

19.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

19.2. O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento anexo a este edital. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 (trinta) dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

20. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

20.1. Todos os projetos aprovados neste Edital deverão realizar a prestação de contas dos recursos recebidos, conforme Art. 29 e seguintes, do Decreto Federal n.º 11.453/2023.

20.2. A fim de garantir maior segurança e transparência, é recomendado que o Agente Cultural responsável pela execução do projeto faça o upload de todas as notas fiscais e demais documentações relacionadas à prestação de contas, independente da modalidade de prestação de contas utilizada.

20.3. A documentação relativa à execução do objeto e da parte financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

21. DA RESPONSABILIDADE DO AGENTE CULTURAL

21.1. Serão de responsabilidade do Agente Cultural:

21.1.1. Todas as despesas decorrentes de sua participação no programa;

21.1.2. A veracidade das informações e dos documentos apresentados, bem como sua comprovação, quando solicitada;





21.1.3. A guarda de cópia do projeto, dos documentos e de todos os anexos;

21.1.4. Considerando que a apresentação dos projetos se dá em ambiente virtual, é de responsabilidade do Agente Cultural, a partir da inscrição, acompanhar todas as fases do projeto, devendo as publicações serem acompanhadas também no Diário Oficial Eletrônico do Município.

21.1.5. O Agente Cultural é responsável, durante o período de avaliação do projeto até o seu resultado final, por manter ativos e acessíveis os links de acesso indicados, sob pena de não o fazendo estar sujeito à desclassificação ou inabilitação.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz - MA, nas Mídias sociais oficiais e site do município.

22.2. O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site Prefeitura Municipal de Imperatriz (prefeituradeimperatriz.com).

22.3. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail fcmperatriz@gmail.com

22.4. Os casos omissos neste Edital e seus anexos serão decididos pela Comissão de Análise e Avaliação instituída por Portaria pelo Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz – FCI e Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura – FUMIC.

22.5. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

22.6. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Município de Imperatriz - MA de qualquer responsabilidade civil ou penal.

22.7. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

22.8. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

22.9. A critério da Fundação Cultural de Imperatriz o cronograma poderá ser alteradas as datas das etapas constantes do cronograma.

22.10. O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses.

Imperatriz – MA, 12 de junho de 2024

Charles de Oliveira Silva

Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz

Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

ANEXO I

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital	12/06/2024
Prazo para impugnação do Edital	13 a 17/04/2024





Período de inscrições	19/06/2024 a 19/07/2024
Publicação do Resultado Preliminar das avaliações do Mérito Cultural	30/08/2024
Prazo de Recurso das avaliações do Mérito Cultural	02/09/2024 a 04/09/2024
Publicação do Resultado Final das avaliações do Mérito Cultural	19/09/2024
Envio da documentação de habilitação	20/09/2024 a 03/10/2024
Publicação do resultado preliminar do análise dos documentos de habilitação	11/10/2024
Prazo de Recurso das avaliações dos Documentos de Habilitação	14/10/2024 a 16/10/2024
Publicação da Homologação do resultado	21/10/2024
Convocação para assinatura do Termo de compromisso	28/10/2024

Atenção

A critério da Fundação Cultural de Imperatriz o cronograma poderá ser alteradas as datas das etapas constantes do cronograma.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portadodo
RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARO que, O Sr(a) _____ reside no
endereço _____

As informações prestadas nesta declaração são de minha inteira responsabilidade, estando ciente de que a apresentação de informações falsas é passível de penalidades previstas em Lei.

Imperatriz - MA, _____ de _____ de 2024.

PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DO IMÓVEL





ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

Nome do Coletivo/Grupo Cultural:	
Nome do Representante:	
Dados pessoais do representante:	RG
	CPF
e-mail	
Número de telefone	
Endereço	

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS - RG/CPF	ASSINATURAS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL





(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Imperatriz – MA, _____ de _____ de _____

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO V

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais com deficiência)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital), que sou pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

Imperatriz – MA, _____ de _____ de _____

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Eu, _____ Portador (a) do RG nº _____ CPF de nº _____, declaro que as cópias dos documentos apresentados são idênticas ao original sob pena de incorrer nas cominações previstas nas esferas cível, criminal e administrativa, na forma da lei.

IMPERATRIZ, _____ de _____ de 20_____.





Assinatura do Proponente

ANEXO VII

MINUTA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 – FUMIC

TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 –FUMIC, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - FUMIC , CNPJ/MF n.º 20.792.103/0001-49, localizada na Rua Rui Barbosa, 201 – Centro, através do Presidente da Fundação Cultural e do Grupo Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, Senhor , brasileiro, agente público, portador do RG n.º e do CPF/MF n.º e o(a) AGENTE CULTURAL, Clique ou toque aqui para inserir o texto., portador(a) do RG n.º Clique ou toque aqui para inserir o texto., CPF n.º Clique ou toque aqui para inserir o texto., residente e domiciliado(a) à Clique ou toque aqui para inserir o texto., CEP: Clique ou toque aqui para inserir o texto., telefones: Clique ou toque aqui para inserir o texto., e-mail Clique ou toque aqui para inserir o texto. resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural Clique ou toque aqui para inserir o texto., contemplado no conforme Edital de Chamamento Público nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 - FUMIC.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ Clique ou toque aqui para inserir o texto.

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL para recebimento e movimentação:

FAVORECIDO:Clique ou toque aqui para inserir o texto.

CPF/CNPJ:Clique ou toque aqui para inserir o texto.

BANCO: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

AGÊNCIA: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

CONTA CORRENTE: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

4.3 Os recursos necessários para o desenvolvimento deste termo será do plano de Ação nº 30882120230002-008412 com recursos da Lei Paulo Gustavo.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.





6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - FUMIC:

- D) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
- II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
- III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
- V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

- D) executar a ação cultural aprovada;
- II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
- III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V) prestar informações ao FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Município de Imperatriz a contar do recebimento da notificação;
- VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
- VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
- IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto e relatório físico financeiro acompanhado das cópias de notas fiscais no prazo de 30 (trinta dias) após o fim da vigência do presente termo de execução cultural.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

- I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
- II - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

- I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:





I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.





8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 O Município de Imperatriz através do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura designará Comissão específica para o acompanhamento e monitoramento do projeto objeto





do presente termo de execução cultural.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 (DOZE) MESES podendo ser prorrogado por igual período.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Eletrônico do Município de Imperatriz.

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de Imperatriz para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Imperatriz – MA, Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Pelo órgão:

FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – FUMIC

Pelo Agente Cultural:

Nome do projeto

Nome do Agente Cultural

Publicado por: JEISON DOS SANTOS MINEIRO
ADMINISTRADOR
Código identificador: \$FLIHRI0Ax0D

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024 – SELEÇÃO DE PROJETOS DEMAIS ÁREAS DA CULTURA

Edital de seleção de projetos demais áreas da cultura, previsto no Art. 8º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”.

O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – FUMIC e da FUNDAÇÃO CULTURAL DE IMPERATRIZ - FCI, neste ato representado pelo Gestor do Fundo e Presidente da Fundação Cultural, Senhor Charles de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que, mediante o presente edital de chamamento público serão selecionados propostas projetos das demais áreas da cultura de pessoas físicas e jurídicas residentes no Município de Imperatriz – MA, com fulcro na Lei Complementar nº 195 de 08 de julho de 2022, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.525 de 11 de maio de 2023 e pelo Decreto Federal nº 11.453 de 23 de março de 2023.

No presente edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, previstas no Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente edital é a seleção de Projetos Culturais das demais áreas da cultura por meio da celebração de Termo de Execução Cultural para receber repasse





financeiro conforme categoria selecionada.

2. DAS CATEGORIAS E VALORES

2.1. O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) destinado a seleção e o fomento de projetos culturais das demais áreas da cultura, conforme as tabelas abaixo, com a quantidade, valores unitários dos projetos, distribuídos de acordo com a ampla concorrência, além dos 20% (vinte por cento) de cotas para pessoas negras, 10% (dez por cento) para cotas indígenas, conforme o Art. 16º §1º. IV do Decreto Federal nº 11.525/2023 e cotas para Pessoas com Deficiência.

ITEM	CATEGORIA	20% - COTAS DE PESSOAS NEGRAS	10% - COTAS DE PESSOAS INDÍGENAS	5% - COTAS PCD	AMPLA DISPUTA	QTD DE PROJETOS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL
1	Projeto Pesquisa do Patrimônio Material de Imperatriz - MA	-	-	-	1	1	20.000,00	20.000,00
2	Projeto Pesquisa do Patrimônio Imaterial de Imperatriz - MA	-	-	-	1	1	20.000,00	20.000,00
3	Projeto de Gravação de música no formato de EP	1	1	1	3	6	8.000,00	48.000,00
4	Projeto de circulação de espetáculo Circense	1	1	1	1	4	10.000,00	40.000,00
5	Projeto de Oficina Circense	1	1	-	1	3	6.000,00	18.000,00
6	Projeto de Espetáculo de Dança	1	-	-	1	2	10.000,00	20.000,00
7	Projeto de Oficina de Dança	1	1	1	3	6	6.000,00	36.000,00
8	Projeto de Espetáculo de Teatro	1	1	-	1	3	10.000,00	30.000,00
9	Projeto de Feira de Artesanato	-	-	-	1	1	40.000,00	40.000,00
10	Projeto de publicação de livro - Obra Inédita	1	1	1	2	5	8.000,00	40.000,00
11	Projeto de	1	1	-	1	3	6.000,00	18.000,00





	publicação de livro - Reedição de obra							
12	Projeto de oficina de Contação de História	-	-	-	1	1	6.000,00	6.000,00
13	Projeto de Oficina de Fotografia	1	-	-	1	2	12.000,00	24.000,00
14	Projeto de produção do evento da cultura negra	2	-	-	-	2	10.000,00	20.000,00

2.2. ITENS OBRIGATÓRIOS DO PROJETO

2.2.1. Projeto Pesquisa do Patrimônio Material e Imaterial – Projeto de pesquisa que aponte os possíveis bens materiais e imateriais da cidade de Imperatriz – MA independentes de serem ou não reconhecidos como patrimônio material ou imaterial;

2.2.2. Projeto de Gravação de música no formato de EP – projeto de gravação de 4 (quatro) músicas autorais no formato EP;

2.2.3. Projeto de circulação de espetáculo Circense – Os projetos devem indicar no mínimo 03 (três) locais e datas diferentes para sua execução;

2.2.4. Projeto de Oficina Circense deve prever a realização de no mínimo 02 (duas) oficinas das técnicas da arte circense em datas e locais diferentes;

2.2.5. Projeto de Espetáculo de Dança – Produção de um espetáculo de dança com duração de 30 (trinta) minutos e classificação livre para ser apresentado na cidade de Imperatriz – MA;

2.2.6. Projeto de Espetáculo de Teatro - Produção de um espetáculo de Teatral com duração de 30 (trinta) minutos e classificação livre para ser apresentado na cidade de Imperatriz – MA;

2.2.7. Projeto de Feira de Artesanato – Projeto de realização de feira de artesanato na cidade de Imperatriz com duração de (02) dias com exposição prioritária do artesanato produzido por artesões da cidade de Imperatriz;

2.2.8. Projeto de publicação de livro – Obra Inédita – Para fins deste Edital, entende-se por “Obra Inédita” aquela que ainda não foi impressa profissionalmente e/ou editada por editoras especializadas, essa publicação terá, em tese, tamanho obrigatório não inferior a 14 x 21 cm, miolo impresso sobre papel Pólen Soft 80g/m², capa sobre Cartão Supremo L2 250g/m², laminada, com orelha dos dois lados, acabamento colado, costurado e refilado e deverá conter ficha catalográfica;

2.2.9. Projeto de publicação de livro – Reedição de obra – Republicação de obra já publicada de escritores Imperatrizense ou residentes na cidade de Imperatriz por mais de 2 (dois) anos;

2.2.10. Projeto de oficina de Contação de História deve prever a realização de no mínimo 02 (duas) oficinas das técnicas da contação de história em datas e locais diferentes

2.2.11. Projeto de Oficina de Fotografia deve prever a realização de no mínimo 02 (duas) oficinas das técnicas da fotografia em datas e locais diferentes;

2.2.12. Projeto de produção do evento da cultura negra – Realização de evento que valorize a produção cultural das pessoas negras.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos da Lei Complementa nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo e do plano de ação nº 30882120230002-008412.

4. QUEM PODE SE INSCREVER

4.1. Pode se inscrever no presente Edital qualquer agente cultural residente no MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, há pelo menos 02 (dois) anos.

4.2. Poderão inscrever-se neste Edital, o agente cultural, maior de 18 anos, na condição de PROPONENTE como:

4.2.1. Pessoa Física (PF) ou Microempreendedores Individuais (MEI), de natureza cultural, com residência em Imperatriz - MA.





4.2.2. Pessoas Jurídicas (CNPJ) de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com sede e pleno funcionamento no MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, legalmente constituída, que apresente expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico e/ou cultural relacionados ao objeto que satisfaça as condições de habilitação fixadas neste Edital.

4.2.3. Compreende-se, como PROPONENTE, o agente cultural que assume a responsabilidade legal pelo projeto, incluindo a inscrição, o recebimento do recurso, a execução do projeto, as comunicações institucionais e, sobretudo, a prestação de contas.

4.2.4. Não será permitida a representação de artistas por meio de empresário exclusivo, exceto se for integrante do grupo e para apenas uma atração.

4.2.5. O PROPONENTE tem que residir, ou ter sua sede (CNPJ), há pelo menos 02 (dois) anos, no município de IMPERATRIZ - MA, com comprovada atuação no segmento artístico-cultural que satisfaçam as condições de habilitação a este Edital.

5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

5.1. Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

5.2. Os servidores efetivos ou comissionados, membros do conselho municipal de cultura que tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos.

5.3. Sejam cônjuges, companheiros de servidor do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento dos recursos;

5.4. Os proponentes que foram selecionados em editais anteriores do Município de Imperatriz e não executaram objeto do referido edital, não prestaram contas ou teve prestação de contas julgadas irregulares.

5.5. Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

5.6. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

5.7. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

5.8. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o item 4.1.

5.9. O proponente que apresentou proposta no edital de Premiação das Demais Áreas da Cultura”.

6. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas de forma de online no site <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>.

6.2. o proponente deverá preencher o formulário de inscrição de forma completa, anexando toda documentação obrigatória relatada no item 7.2.1 se for pessoa física ou 7.2.2 se for pessoa jurídica.

6.3. NO PERÍODO DE 19 DE JUNHO DE 2024 A 19 DE JUNHO DE 2024.

6.4. As inscrições poderão ser feitas até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia da inscrição.

6.5. Em obediência ao Art. 8, § 7º da Lei Paulo Gustavo, nº 195/2022. No caso de grupos vulneráveis, de pessoas que possuam dificuldades para locomoção (como no caso de idosos, acamados e pessoas com deficiências físicas) e para os setores de culturas populares e tradicionais e mestres e mestras, as propostas oriundas desses grupos poderão ser apresentadas por meio oral, registradas em formato de vídeo, em formato de link aberto a exibição (sem senhas) ou entregue em pendrive, com o limite máximo de 15 (quinze) minutos de duração.

6.6. Não serão aceitas inscrições com pendência de documentação, assim como inscrições realizadas de forma distinta especificada neste Edital, casos em que serão desconsideradas.

6.7. A inscrição do interessado implicará na prévia e integral concordância com todas as normas deste Edital e seus Anexos.

6.8. Os interessados poderão inscrever APENAS UMA PROPOSTA para o presente edital.

6.9. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da FUMIC.

7. COMO SE INSCREVER

7.1. As inscrições são gratuitas na modalidade online, onde proponente deverá encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2.1 ou 7.2.2 no endereço





eletrônico: <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>

7.2. O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

7.2.1. PESSOA FÍSICA

- a) Preencher o Formulário de inscrição (online);
- b) Preencher o Plano de Trabalho – Projeto (online);
- c) Anexar Portfólio e/ou Currículo: Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de IMPERATRIZ, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, links da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição (tanto para pessoa física quanto pessoa jurídica e/ou coletivos e grupos sem CNPJ);
- d) Documentos pessoais do proponente CPF e RG;
- e) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado no Município de Imperatriz - MA, com até 90 (noventa) dias de validade, contados a partir da data de expedição do documento. Não havendo, deverá ser apresentado, além do comprovante de endereço, uma declaração de residência assinada pelo próprio proponente:
 - a) A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
 - I. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
 - II. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
 - III. que se encontrem em situação de rua.
 - f) Declaração de veracidade – modelo anexo;
 - g) Declaração étnico-racial – Modelo Anexo (se couber);
 - h) Laudo Médico Pessoas com Deficiência (se couber);
 - i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto;
 - j) Se representante de Grupo / Coletivo anexar, ainda:
 - 1) Declaração de representação de Grupo/Coletivo indicando a quantidade de integrantes – Modelo anexo;
 - 2) Histórico de atuação do grupo ou coletivo (se for o caso).

7.2.2. PESSOA JURÍDICA

- b) PESSOA JURÍDICA de direito privado, de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos sediada em IMPERATRIZ/MA, e que apresente expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico e/ou cultural relacionados ao objeto.
- c) Preencher o Formulário de inscrição (online);
- d) Preencher o Plano de Trabalho – Projeto (online);
- e) Anexar o comprovante de Inscrição do (CNPJ) atualizado;
- f) Anexar a cópia de RG e CPF do representante legal;
- g) Anexar a cópia do Contrato Social em se tratando de Empresa;
- h) Anexar o Estatuto Social, Ata e suas publicações em se tratando de Associação;
- i) Certificado de MEI em se tratando de Microempreendedor Individual;
- j) Portfólio e Currículo: Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de IMPERATRIZ, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, links da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;





- k) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado no Município de Imperatriz - MA, com até 90 (noventa) dias de validade, contados a partir da data de expedição do documento. Não havendo, deverá ser apresentado, além do comprovante de endereço, uma declaração de residência assinada pelo próprio proponente;
- l) Declaração de Veracidade – modelo anexo;
- m) A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
- IV. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- v. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
- vi. que se encontrem em situação de rua.
- n) Declaração étnico-racial – Modelo Anexo (se couber);
- o) Laudo Médico Pessoas com Deficiência (se couber);
- p) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- 7.3. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- 7.4. Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 (doze) meses).
- 7.5. O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.
- 7.6. As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
8. CONTRAPARTIDA
- 8.1. Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exibições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino público municipal e estadual estabelecidos no Município de Imperatriz - MA.
- 8.2. As contrapartidas deverão ser informadas no Plano de Trabalho - Projeto e devem ser executadas até o final do prazo de vigência do termo de execução cultural.
9. DO DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ
- 9.1. Ao efetuarem a inscrição, os participantes autorizam a captação e uso gratuito de sua imagem, voz e dos projetos/propostas selecionados para fins de divulgação da programação e ações de comunicação institucional da Prefeitura Municipal de Imperatriz, por período indeterminado;
- 9.2. Fica também autorizada a gravação de áudio e vídeo das apresentações, se for o caso e atividades de formação para transmissão on-line, em rede pública de TV e rádio, e posterior criação de vídeo institucional de divulgação da Prefeitura Municipal de Imperatriz, a ser utilizado para fins não comerciais por período indeterminado.
10. ETAPAS DO EDITAL
- 10.1. A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
- 10.1.1. Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e
- 10.1.2. Habilitação: Após publicado o resultado final da etapa de análise de mérito cultural pós fase de recurso, os proponentes classificados dentro do número de vagas serão convocados para anexar os documentos de habilitação lista no item 14.
11. DA COMISSÃO DE ANÁLISE
- 11.1. A Comissão de Análise, responsável pela seleção das propostas neste Edital, seguirá os critérios de avaliação estabelecidos no presente Edital;
- 11.2. A Comissão de Análise será composta por pessoas especializadas contratadas e será publicada no Diário Oficial do Município.
- 11.3. Os trabalhos da Comissão de Análise serão registrados em Ata, a qual será assinada pelos respectivos membros e encaminhada a esta Fundação de Cultura.
- 11.4. A Comissão de Análise e Validação das inscrições poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a documentação apresentada pelos interessados, desde que assegurada a isonomia.
12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS



12.1. Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

12.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

12.3. A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção designada pelo chefe do poder executivo através de portaria ser publicada no diário eletrônico do município.

12.4. Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

12.4.1. tenham interesse direto na matéria;

12.4.2. tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

12.4.3. estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.4.4. O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.5. Dos critérios de avaliação:

Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Imperatriz – MA - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município de Imperatriz – MA.	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução a metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante	10





	as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente - Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovantes enviadas juntamente com a proposta	10
H	Contrapartida - Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

12.5.1. Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
I	Proponentes do gênero feminino	5
J	Proponentes negros e indígenas	5
K	Proponentes com deficiência	5
L	Proponentes residentes na zona rural (povoados) do Município de Imperatriz - MA	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
N	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5





O	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos pertencentes a zona rural do Município de Imperatriz – MA	5
P	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20

12.6. A pontuação final de cada candidatura será por média das notas atribuídas individualmente por cada membro.

12.7. Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

12.8. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.

12.9. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.

12.10. Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: proponente com maior idade, e persistindo o empate, sorteio.

12.11. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.

12.12. Serão desclassificados os projetos que:

I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;

II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

12.13. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

12.14. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.

12.15. Os recursos de que tratam o item 12.14 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

12.16. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

12.17. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz – MA - <http://www.diariooficial.imperatriz.ma.gov.br/home>.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme a seguinte regra:

13.1.1. Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral.

13.1.2. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital das DEMAIS ÁREAS DA CULTURA.

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado devesse, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação, anexar os documentos de habilitação na sua inscrição efetivada no endereço eletrônico <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com>, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1. PESSOA FÍSICA





I. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)

II. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual; -<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativa/emissaoCertidaoNegativa.jsf>

III. Certidão Negativa de Dívida Ativa junto a Fazenda Estadual; <http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva.jsf>

IV. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal; <https://nfse-ma-imperatriz.portalfacil.com.br/>

V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. <https://www.tst.jus.br/certidao1>

VI. EXTRATO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO PROPONENTE informando nitidamente: Nome do Banco, Número da agência bancária com dígito, Número da conta corrente com dígito, nome completo do favorecido.

14.1.2. PESSOA JURÍDICA

I. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)

II. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual; -<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativa/emissaoCertidaoNegativa.jsf>

III. Certidão Negativa de Dívida Ativa junto a Fazenda Estadual; <http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva.jsf> ;

IV. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal; <https://nfse-ma-imperatriz.portalfacil.com.br/> ;

V. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> ;

VI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. <https://www.tst.jus.br/certidao1> ;

VII. EXTRATO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO PROPONENTE informando nitidamente: Nome do Banco, Número da agência bancária com dígito, Número da conta corrente com dígito, nome completo do favorecido.

14.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

14.3. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a Comissão de Avaliação do presente edital;

14.4. Os recursos de que trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior a publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

14.5. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

14.6. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ACESSIBILIDADE

15.1. Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

15.1.1. no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

15.1.2. no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

15.1.3. no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

15.2. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

15.2.1. adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;





- 15.2.2. utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- 15.2.3. medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
- 15.2.4. contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
- 15.2.5. oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
- 15.3. Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
- 15.4. A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 6.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
- 15.4.1. for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
- 15.4.2. quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
- 15.5. Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.
- 15.6. O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.
16. DAS COTAS
- 16.1. Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:
- 16.1.1. no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
- 16.1.2. no mínimo 10% para pessoas indígenas.
- 16.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
- 16.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados na vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
- 16.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
- 16.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
- 16.6. Caso não haja outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
- 16.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial. (modelo anexo).
- 16.8. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
- 16.8.1. pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
17. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS
- 17.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme minuta anexo deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
- 17.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Fundo Municipal de Incentivo à Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
- 17.3. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária indicada para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Execução Cultural.
- 17.4. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.





17.5. O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural em até 05 (cinco) dias a contar da publicação da convocação para assinatura do Termo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

18. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

18.1. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.

18.2. O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

18.3. O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

19. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

19.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

19.2. O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento anexo a este edital. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 (trinta) dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

20. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

20.1. Todos os projetos aprovados neste Edital deverão realizar a prestação de contas dos recursos recebidos, conforme Art. 29 e seguintes, do Decreto Federal n.º 11.453/2023.

20.2. A fim de garantir maior segurança e transparência, é recomendado que o Agente Cultural responsável pela execução do projeto faça o upload de todas as notas fiscais e demais documentações relacionadas à prestação de contas, independente da modalidade de prestação de contas utilizada.

20.3. A documentação relativa à execução do objeto e da parte financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

21. DA RESPONSABILIDADE DO AGENTE CULTURAL

21.1. Serão de responsabilidade do Agente Cultural:

21.1.1. Todas as despesas decorrentes de sua participação no programa;

21.1.2. A veracidade das informações e dos documentos apresentados, bem como sua comprovação, quando solicitada;

21.1.3. A guarda de cópia do projeto, dos documentos e de todos os anexos;

21.1.4. Considerando que a apresentação dos projetos se dá em ambiente virtual, é de responsabilidade do Agente Cultural, a partir da inscrição, acompanhar todas as fases do projeto, devendo as publicações serem acompanhadas também no Diário Oficial Eletrônico do Município.

21.1.5. O Agente Cultural é responsável, durante o período de avaliação do projeto até o seu resultado final, por manter ativos e acessíveis os links de acesso indicados, sob pena de não o fazendo estar sujeito à desclassificação ou inabilitação.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz - MA, nas Mídias sociais oficiais e site do município.

22.2. O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site Prefeitura Municipal de Imperatriz (prefeituradeimperatriz.com).

22.3. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail fcimperatriz@gmail.com

22.4. Os casos omissos neste Edital e seus anexos serão decididos pela Comissão de Análise e Avaliação instituída por Portaria pelo Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz – FCI e Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura – FUMIC.

22.5. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

22.6. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Município de Imperatriz - MA de qualquer responsabilidade civil ou penal.





- 22.7. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
- 22.8. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
- 22.9. A critério da Fundação Cultural de Imperatriz o cronograma poderá ser alteradas as datas das etapas constantes do cronograma.
- 22.10. O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses.

Imperatriz – MA, 12 de junho de 2024

Charles de Oliveira Silva

Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz

Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

ANEXO I

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital	12/06/2024
Prazo para impugnação do Edital	13 a 17/04/2024
Período de inscrições	19/06/2024 a 19/07/2024
Publicação do Resultado Preliminar das avaliações do Mérito Cultural	30/08/2024
Prazo de Recurso das avaliações do Mérito Cultural	02/09/2024 a 04/09/2024
Publicação do Resultado Final das avaliações do Mérito Cultural	19/09/2024
Envio da documentação de habilitação	20/09/2024 a 03/10/2024
Publicação do resultado preliminar do análise dos documentos de habilitação	11/10/2024
Prazo de Recurso das avaliações dos Documentos de Habilitação	14/10/2024 a 16/10/2024
Publicação da Homologação do resultado	21/10/2024
Convocação para assinatura do Termo de compromisso	28/10/2024





Atenção

A critério da Fundação Cultural de Imperatriz o cronograma poderá ser alteradas as datas das etapas constantes do cronograma.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portadodo
RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARO que, O Sr(a) _____ reside no
endereço _____
-.

As informações prestadas nesta declaração são de minha inteira responsabilidade, estando ciente de que a apresentação de informações falsas é passível de penalidades previstas em Lei.

Imperatriz - MA, _____ de _____ de 2024.

PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DO IMÓVEL

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

Nome do Coletivo/Grupo Cultural:	
Nome do Representante:	
Dados pessoais do representante:	RG
	CPF
e-mail	





Número de telefone	
Endereço	

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS - RG/CPF	ASSINATURAS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Imperatriz – MA, _____ de _____ de _____

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO V

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA





(Para agentes culturais com deficiência)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital), que sou pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

Imperatriz – MA, _____ de _____ de _____

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Eu, _____ Portador (a) do RG nº _____ CPF de nº _____, declaro que as cópias dos documentos apresentados são idênticas ao original sob pena de incorrer nas cominações previstas nas esferas cível, criminal e administrativa, na forma da lei.

IMPERATRIZ, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Proponente

ANEXO VII

MINUTA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 – FUMIC

TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 –FUMIC, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - FUMIC, CNPJ/MF nº 20.792.103/0001-49, localizada na Rua Rui Barbosa, 201 – Centro, através do Presidente da Fundação Cultural e do Grupo Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, Senhor _____, brasileiro, agente público, portador do RG nº _____ e do CPF/MF nº _____ e o(a) AGENTE CULTURAL, Clique ou toque aqui para inserir o texto., portador(a) do RG nº Clique ou toque aqui para inserir o texto., CPF nº Clique ou toque aqui para inserir o texto., residente e domiciliado(a) à Clique ou toque aqui para inserir o texto., CEP: Clique ou toque aqui para inserir o texto., telefones:





Clique ou toque aqui para inserir o texto., e-mail Clique ou toque aqui para inserir o texto. resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural Clique ou toque aqui para inserir o texto., contemplado no conforme Edital de Chamamento Público nº Clique ou toque aqui para inserir o texto./2024 - FUMIC.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ Clique ou toque aqui para inserir o texto.

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL para recebimento e movimentação:

FAVORECIDO:Clique ou toque aqui para inserir o texto.

CPF/CNPJ:Clique ou toque aqui para inserir o texto.

BANCO: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

AGÊNCIA: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

CONTA CORRENTE: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

4.3 Os recursos necessários para o desenvolvimento deste termo será do plano de Ação nº 30882120230002-008412 com recursos da Lei Paulo Gustavo.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - FUMIC:

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações ao FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;





VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Município de Imperatriz a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto e relatório físico financeiro acompanhado das cópias de notas fiscais no prazo de 30 (trinta dias) após o fim da vigência do presente termo de execução cultural.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e

II - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou





II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;





- c) violação da legislação aplicável;
- d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e) má administração de recursos públicos;
- f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 O Município de Imperatriz através do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura designará Comissão específica para o acompanhamento e monitoramento do projeto objeto do presente termo de execução cultural.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 (DOZE) MESES podendo ser prorrogado por igual período.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Eletrônico do Município de Imperatriz.

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de Imperatriz para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Imperatriz – MA, Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Pelo órgão:

FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – FUMIC





Pelo Agente Cultural:

Nome do projeto

Nome do Agente Cultural

Publicado por: JEISON DOS SANTOS MINEIRO
ADMINISTRADOR
Código identificador: \$Y7Ixeqk.Lz

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2024 – PREMIAÇÃO DAS DEMAIS ÁREAS DA CULTURA

Edital de premiação das demais áreas da cultura, previsto no Art. 8º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”. O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – FUMIC e da FUNDAÇÃO CULTURAL DE IMPERATRIZ - FCI, neste ato representado pelo Gestor do Fundo e Presidente da Fundação Cultural, Senhor Charles de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que, mediante o presente edital de chamamento público selecionará agentes culturais que tenham prestados relevantes contribuições ao desenvolvimento artístico e cultural do Município de Imperatriz – MA, com fulcro na Lei Complementar nº 195 de 08 de julho de 2022, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.525 de 11 de maio de 2023 e pelo Decreto Federal nº 11.453 de 23 de março de 2023. No presente edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, previstas no Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo).

1. DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto é a seleção de agentes culturais das DEMAIS ÁREAS CULTURAIS que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de Imperatriz - MA, nos termos da Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 – “Lei Paulo Gustavo”, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023, para ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.

1.2. O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, e será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, e sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, conforme autoriza o art. 41 do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

1.3. É EXPRESSAMENTE VEDADO ao Agente Cultural:

1.3.1. Cobrar qualquer valor pela participação de beneficiários da premiação ocorrida por meio desta seleção pública.

1.3.2. Promover ações ou materiais comprovadamente vinculados a práticas de desrespeito às mulheres, às crianças, aos jovens, aos idosos, à população negra, aos povos indígenas ou outros povos e comunidades tradicionais, à população de baixa renda, às pessoas com deficiência, à ideologia de gênero, ou a outras formas de preconceitos semelhantes.

2. DAS CATEGORIAS E VALORES

2.1. O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais) destinado a seleção de agentes culturais das demais áreas da cultura, conforme as tabelas abaixo, com a quantidade, valores unitários dos projetos, distribuídos de acordo com a ampla concorrência, além dos 20% (vinte por cento) de cotas para pessoas negras, 10% (dez por cento) para cotas indígenas, conforme o Art. 16º §1º. IV do Decreto Federal nº 11.525/2023 e cotas para Pessoas com Deficiência.





ITEM	CATEGORIA	20% - COTAS DE PESSOAS NEGRAS	10% - COTAS DE PESSOAS INDÍGENAS	5% - COTAS PCD	AMPLA DISPUTA	QTD DE PROJETOS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL
1	Premiação Artista Solo – (Voz e Violão / Esquema)	1	1	1	2	5	2.000,00	10.000,00
2	Premiação Artista/Banda – (Dupla ou Trio)	1	1	1	1	4	3.000,00	12.000,00
3	Premiação Artista/Banda – (sete ou mais músicos)	1	1	1	1	4	5.000,00	20.000,00
4	<u>Premiação para Djs e MCs</u>	1	1	1	2	5	2.000,00	10.000,00
5	Premiação Artesanato	4	2	1	13	20	2.000,00	40.000,00
6	Premiação Artista Plásticos	3	2	1	6	12	3.000,00	36.000,00
7	<u>Premiação Quadrilha Junina (quarenta pares ou mais)</u>	-	-	-	2	2	15.000,00	30.000,00
8	Premiação Quadrilha Junina (até vinte pares)	1	-	-	2	3	7.000,00	21.000,00
9	Premiação Grupo Folclórico	1	1	1	2	5	7.000,00	35.000,00





10	Premiação Grupo de Capoeira	1	1	1	2	5	3.000,00	15.000,00
11	Premiação Blocos Carnavalescos	2	1	1	6	10	2.000,00	20.000,00
12	<u>Premiação Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro</u>	2	1	1	6	10	3.000,00	30.000,00
13	Premiação Manifestação da Cultura Indígena	-	2	-	-	2	3.000,00	6.000,00

2.2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

- 2.2.1. Premiação Artista Solo – (Voz e Violão / Esquema) – Artista da música que se apresenta individualmente com violão ou teclado;
- 2.2.2. Premiação Artista/Banda – (Dupla ou Trio) – Artista da música que se apresenta em dupla ou trio de diversos estilos musicais;
- 2.2.3. Premiação Artista/Banda – (sete ou mais músicos) – Artista da música que se apresentam com formação permanente com sete ou mais músicos;
- 2.2.4. Premiação para Djs – Artista da música que utiliza equipamentos eletrônicos responsável por selecionar, mixar e reproduzir faixas em eventos, clubes, festas e rádios;
- 2.2.5. Premiação para MCs - Artista da música que escrevem as suas letras e as comunicam ao público em rap, hip hop, funk;
- 2.2.6. Premiação Artesanato – Profissional que se utiliza de uma ou mais técnicas no exercício de um ofício predominantemente manual, por meio do domínio integral de processos e técnicas, transformando matéria-prima em produto acabado que expresse identidades culturais;
- 2.2.7. Premiação Artista Plásticos - Artista que expressa suas ideias, emoções e visão de mundo através de diversas formas de arte visual, como pintura, escultura, desenho, gravura, instalações, entre outras;
- 2.2.8. Premiação Quadrilha Junina – Grupo de dança folclórica coletiva que dançam em pares e baseada em passos tradicionais;
- 2.2.9. Premiação a Grupo Folclórico – Grupo de Danças Folclórica da cultura popular maranhense (bumba-meu-boi, cacuriá, lindô etc.);
- 2.2.10. Premiação Blocos Carnavalescos – Blocos de carnaval alternativos formado por grupo de pessoas no período carnavalescos;





2.2.11. Premiação Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro - Comunidades Quilombolas, Povos Ciganos e Povos de Comunidades de Terreiros;

2.2.12. Premiação Manifestação da Cultura Indígena – Manifestação cultural dos povos indígenas.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos da Lei Complementa nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo e do plano de ação nº 30882120230002-008412.

4. QUEM PODE SE INSCREVER

4.1. Pode se inscrever no presente Edital qualquer agente cultural residente no MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, há pelo menos 02 (dois) anos.

4.2. Poderão inscrever-se neste Edital, o agente cultural, maior de 18 anos, na condição de PROPONENTE como:

4.2.1. Pessoa Física (PF) ou Microempreendedores Individuais (MEI), de natureza cultural, com residência em Imperatriz - MA.

4.2.2. Pessoas Jurídicas (CNPJ) de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com sede e pleno funcionamento no MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, legalmente constituída, que apresente expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico e/ou cultural relacionados ao objeto que satisfaça as condições de habilitação fixadas neste Edital.

4.2.3. Compreende-se, como PROPONENTE, o agente cultural que assume a responsabilidade legal pelo projeto, incluindo a inscrição, o recebimento do recurso, a execução do projeto, as comunicações institucionais e, sobretudo, a prestação de contas.

4.2.4. Não será permitida a representação de artistas por meio de empresário exclusivo, exceto se for integrante do grupo e para apenas uma atração.

4.2.5. O PROPONENTE tem que residir, ou ter sua sede (CNPJ), há pelo menos 02 (dois) anos, no município de IMPERATRIZ - MA, com comprovada atuação no segmento artístico-cultural que satisfaçam as condições de habilitação a este Edital.

5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

5.1. Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

5.2. Os servidores efetivos ou comissionados, membros do conselho municipal de cultura que tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos.

5.3. Sejam cônjuges, companheiros de servidor do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento dos recursos;

5.4. Os proponentes que foram selecionados em editais anteriores do Município de Imperatriz e não executaram objeto do referido edital, não prestaram contas ou teve prestação de contas julgadas irregulares.

5.5. Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).





5.6. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

5.7. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

5.8. A participação de agentes culturais nas oitavas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o item 4.1.

5.9. O proponente que apresentou proposta no edital de Seleção de Projetos das Demais Áreas da Cultura”.

6. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas de forma de online no site <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>.

6.2. o proponente deverá preencher o formulário de inscrição de forma completa, anexando toda documentação obrigatória relatada no item 7.2.1 se for pessoa física ou 7.2.2 se for pessoa jurídica.

6.3. NO PERÍODO DE 19 DE JUNHO DE 2024 A 19 DE JULHO DE 2024

6.4. As inscrições poderão ser feitas até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia da inscrição.

6.5. Em obediência ao Art. 8, § 7º da Lei Paulo Gustavo, nº 195/2022. No caso de grupos vulneráveis, de pessoas que possuam dificuldades para locomoção (como no caso de idosos, acamados e pessoas com deficiências físicas) e para os setores de culturas populares e tradicionais e mestres e mestras, as propostas oriundas desses grupos poderão ser apresentadas por meio oral, registradas em formato de vídeo, em formato de link aberto a exibição (sem senhas) ou entregue em pendrive, com o limite máximo de 15 (quinze) minutos de duração.

6.6. Não serão aceitas inscrições com pendência de documentação, assim como inscrições realizadas de forma distinta especificada neste Edital, casos em que serão desconsideradas.

6.7. A inscrição do interessado implicará na prévia e integral concordância com todas as normas deste Edital e seus Anexos.

6.8. Os interessados poderão inscrever APENAS UMA PROPOSTA para o presente edital.

6.9. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da FUMIC.

7. COMO SE INSCREVER

7.1. As inscrições são gratuitas na modalidade online, onde proponente deverá encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2.1 ou 7.2.2 no endereço eletrônico: <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com/>

7.2. O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

7.2.1. PESSOA FÍSICA





- a) Preencher o Formulário de inscrição (online);
- b) Anexar Portfólio e/ou Currículo: Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de IMPERATRIZ, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, links da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição (tanto para pessoa física quanto pessoa jurídica e/ou coletivos e grupos sem CNPJ);
- c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG;
- d) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado no Município de Imperatriz - MA, com até 90 (noventa) dias de validade, contados a partir da data de expedição do documento. Não havendo, deverá ser apresentado, além do comprovante de endereço, uma declaração de residência assinada pelo próprio proponente;
 - a) A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
 - i. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
 - ii. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
 - iii. que se encontrem em situação de rua.
 - e) Declaração de Veracidade – modelo anexo;
 - f) Declaração étnico-racial – Modelo Anexo (se couber);
 - g) Laudo Médico Pessoas com Deficiência (se couber);
 - h) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto;
 - i) Se representante de Grupo / Coletivo anexar, ainda:
 - 1) Declaração de representação de Grupo/Coletivo indicando a quantidade de integrantes – Modelo anexo;
 - 2) Histórico de atuação do grupo ou coletivo (se for o caso).

7.2.2. PESSOA JURÍDICA

- b) PESSOA JURÍDICA de direito privado, de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos sediada em IMPERATRIZ/MA, e que apresente expressamente em seus atos constitutivos finalidade ou atividade de cunho artístico e/ou cultural relacionados ao objeto.
- c) Preencher o Formulário de inscrição (online);





- d) Anexar o comprovante de Inscrição do (CNPJ) atualizado;
 - e) Anexar a cópia de RG e CPF do representante legal;
 - f) Anexar a cópia do Contrato Social em se tratando de Empresa;
 - g) Anexar o Estatuto Social, Ata e suas publicações em se tratando de Associação;
 - h) Certificado de MEI em se tratando de Microempreendedor Individual;
 - i) Portfólio e Currículo: Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de IMPERATRIZ, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, links da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
 - j) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado no Município de Imperatriz - MA, com até 90 (noventa) dias de validade, contados a partir da data de expedição do documento. Não havendo, deverá ser apresentado, além do comprovante de endereço, uma declaração de residência assinada pelo próprio proponente;
 - k) Declaração de Veracidade – modelo anexo;
 - l) A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
 - iv. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
 - v. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
 - vi. que se encontrem em situação de rua.
 - m) Declaração étnico-racial – Modelo Anexo (se couber);
 - n) Laudo Médico Pessoas com Deficiência (se couber);
 - o) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- 7.3. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- 7.4. Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 (doze) meses).
- 7.5. O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.
- 7.6. As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.





8. DO DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ

8.1. Ao efetuarem a inscrição, os participantes autorizam a captação e uso gratuito de sua imagem, voz e dos projetos/propostas selecionados para fins de divulgação da programação e ações de comunicação institucional da Prefeitura Municipal de Imperatriz, por período indeterminado;

8.2. Fica também autorizada a gravação de áudio e vídeo das apresentações, se for o caso e atividades de formação para transmissão on-line, em rede pública de TV e rádio, e posterior criação de vídeo institucional de divulgação da Prefeitura Municipal de Imperatriz, a ser utilizado para fins não comerciais por período indeterminado.

9. ETAPAS DO EDITAL

9.1. A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

9.1.1. Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e

9.1.2. Habilitação: Após publicado o resultado final da etapa de análise de mérito cultural pós fase de recurso, os proponentes classificados dentro do número de vagas serão convocados para anexar os documentos de habilitação lista no item 14.

10. DA COMISSÃO DE ANÁLISE

10.1. A Comissão de Análise, responsável pela seleção das propostas neste Edital, seguirá os critérios de avaliação estabelecidos no presente Edital;

10.2. A Comissão de Análise será composta por pessoas especializadas contratadas e será publicada no Diário Oficial do Município.

10.3. Os trabalhos da Comissão de Análise serão registrados em Ata, a qual será assinada pelos respectivos membros e encaminhada a esta Fundação de Cultura.

10.4. A Comissão de Análise e Validação das inscrições poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a documentação apresentada pelos interessados, desde que assegurada a isonomia.

11. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

11.1. Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

11.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto e? atribuída em função desta comparação.

11.3. A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção designada pelo chefe do poder executivo através de portaria ser publicada no diário eletrônico do município.

11.4. Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

11.4.1. tenham interesse direto na matéria;

11.4.2. tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem





quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

11.4.3. estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

11.4.4. O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

11.5. Dos critérios de avaliação:

A	Reconhecida atuação no segmento cultural inscrito(a) - Será? considerado para fins de análise a carreira do agente cultural, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	0 a 10
B	Integração e inovação do agente cultural com outras esferas do conhecimento e da vida social. Ex.: integração entre cultura e educação, cultura e saúde, etc.	0 a 10
C	Contribuição a populações em situação de vulnerabilidade social, tais como idosos, crianças, pessoas negras, etc.)	0 a 10
D	Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua, tais como realização de ações dentro da comunidade, contratação de profissionais da comunidade, etc.	0 a 10
Pontuação máxima		40

11.5.1. Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

E	Agente Cultural do gênero feminino	05
---	------------------------------------	----





F	Agente Cultural negros e indígenas	05
G	Agente Cultural com deficiência	05
H	Agente Cultural LGBTQIA+	05
I	Agente Cultural residentes na zona rural (povoados) do município de Imperatriz - MA	10
Pontuação máxima bônus		30

11.5.2. PONTUAÇÃO EXTRA PARA AGENTE CULTURAL PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ

J	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	05
K	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	05
L	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social.	05
Pontuação máxima Extra		15





- 11.6. A pontuação final de cada candidatura será por média das notas atribuídas individualmente por cada membro.
- 11.7. Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 no critério da letra A será desclassificado do Edital.
- 11.8. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
- 11.9. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, respectivamente.
- 11.10. Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: proponente com maior idade, e persistindo o empate, sorteio.
- 11.11. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
- 11.12. Serão desclassificados os projetos que:
- I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
- II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 11.13. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.
- 11.14. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
- 11.15. Os recursos de que tratam o item 11.14 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
- 11.16. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
- 11.17. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz – MA - <http://www.diariooficial.imperatriz.ma.gov.br/home>.

12. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

- 12.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme a seguinte regra:
- 12.1.1. Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral.
- 12.1.2. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital das DEMAIS ÁREAS DA CULTURA.



13. ETAPA DE HABILITAÇÃO

13.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado devera?, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação, anexar os documentos de habilitação na sua inscrição efetivada no endereço eletrônico <https://cultura.prefeituradeimperatriz.com>, conforme sua natureza jurídica:

13.1.1. PESSOA FÍSICA

I. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)

II. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual; -<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativa/emissaoCertidaoNegativa.jsf>

III. Certidão Negativa de Dívida Ativa junto a Fazenda Estadual; <http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva.jsf>

IV. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal; <https://nfse-ma-imperatriz.portalfacil.com.br/>

V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. <https://www.tst.jus.br/certidao1>

VI. EXTRATO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO PROPONENTE informando nitidamente: Nome do Banco, Número da agência bancária com dígito, Número da conta corrente com dígito, nome completo do favorecido.

13.1.2. PESSOA JURÍDICA

I. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>)

II. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual; -<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativa/emissaoCertidaoNegativa.jsf>

III. Certidão Negativa de Dívida Ativa junto a Fazenda Estadual; <http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/certidoes/jsp/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva/emissaoCertidaoNegativaDividaAtiva.jsf> ;

IV. Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal; <https://nfse-ma-imperatriz.portalfacil.com.br/> ;

V. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> ;

VI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. <https://www.tst.jus.br/certidao1> ;

VII. EXTRATO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO PROPONENTE informando nitidamente: Nome do Banco, Número da agência bancária com dígito, Número da conta corrente com dígito, nome completo do favorecido.

13.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.



- 13.3. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a Comissão de Avaliação do presente edital;
- 13.4. Os recursos de que trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior a? publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
- 13.5. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
- 13.6. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
14. ACESSIBILIDADE
- 14.1. Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
- 14.1.1. no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
- 14.1.2. no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
- 14.1.3. no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
- 14.2. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
- 14.2.1. adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
- 14.2.2. utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- 14.2.3. medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
- 14.2.4. contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
- 14.2.5. oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
- 14.3. Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
- 14.4. A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 6.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
- 14.4.1. for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou





14.4.2. quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

14.5. Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

14.6. O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

15. DAS COTAS

15.1. Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

15.1.1. no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

15.1.2. no mínimo 10% para pessoas indígenas.

15.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

15.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados na vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

15.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

15.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

15.6. Caso não haja outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

15.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial. (modelo anexo).

15.8. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

15.8.1. pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.

16. ASSINATURA DO RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

16.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Recibo de Premiação Cultural, conforme minuta anexo deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

16.2. Após a assinatura do Recibo de Premiação Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária indicada para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Recibo de Premiação Cultural.





16.3. A assinatura do Recibo de Premiação Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

16.4. O agente cultural deve assinar o Recibo de Premiação Cultural em até 05 (cinco) dias a contar da publicação da convocação para assinatura do Recibo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

17. DA RESPONSABILIDADE DO AGENTE CULTURAL

17.1. Serão de responsabilidade do Agente Cultural:

17.1.1. Todas as despesas decorrentes de sua participação no programa;

17.1.2. A veracidade das informações e dos documentos apresentados, bem como sua comprovação, quando solicitada;

17.1.3. A guarda de cópia do projeto, dos documentos e de todos os anexos;

17.1.4. Considerando que a apresentação dos projetos se dá em ambiente virtual, é de responsabilidade do Agente Cultural, a partir da inscrição, acompanhar todas as fases do projeto, devendo as publicações serem acompanhadas também no Diário Oficial Eletrônico do Município.

17.1.5. O Agente Cultural é responsável, durante o período de avaliação do projeto até o seu resultado final, por manter ativos e acessíveis os links de acesso indicados, sob pena de não o fazendo estar sujeito à desclassificação ou inabilitação.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no Diário Oficial Eletrônico do Município de Imperatriz - MA, nas Mídias sociais oficiais e site do município.

18.2. O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site Prefeitura Municipal de Imperatriz (prefeituradeimperatriz.com).

18.3. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail fcimperatriz@gmail.com

18.4. Os casos omissos neste Edital e seus anexos serão decididos pela Comissão de Análise e Avaliação instituída por Portaria pelo Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz – FCI e Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura – FUMIC.

18.5. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

18.6. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Município de Imperatriz - MA de qualquer responsabilidade civil ou penal.

18.7. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

18.8. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).





18.9. O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses.

Imperatriz – MA, 12 de junho de 2024

Charles de Oliveira Silva

Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz

Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

ANEXO I

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital	12/06/2024
Prazo para impugnação do Edital	13 a 17/04/2024
Período de inscrições	19/06/2024 a 19/07/2024
Publicação do Resultado Preliminar das avaliações do Mérito Cultural	30/08/2024
Prazo de Recurso das avaliações do Mérito Cultural	02/09/2024 a 04/09/2024





Publicação do Resultado Final das avaliações do Mérito Cultural	19/09/2024
Envio da documentação de habilitação	20/09/2024 a 03/10/2024
Publicação do resultado preliminar do análise dos documentos de habilitação	11/10/2024
Prazo de Recurso das avaliações dos Documentos de Habilitação	14/10/2024 a 16/10/2024
Publicação da Homologação do resultado	21/10/2024
Convocação para assinatura do Termo de compromisso	28/10/2024

Atenção

A critério da Fundação Cultural de Imperatriz o cronograma poderá ser alteradas as datas das etapas constantes do cronograma.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portadodo
RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARO que, O Sr(a) _____ reside no
endereço _____
-.

As informações prestadas nesta declaração são de minha inteira responsabilidade, estando ciente de que a apresentação de informações falsas é passível de penalidades previstas em Lei.





Imperatriz - MA, _____ de _____ de 2024.

PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DO IMÓVEL

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

Nome do Coletivo/Grupo Cultural:	
Nome do Representante:	
Dados pessoais do representante:	RG
	CPF





e-mail	
Número de telefone	
Endereço	

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS - RG/CPF	ASSINATURAS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL





(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Imperatriz – MA, _____ de _____ de _____

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO V

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais com deficiência)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital), que sou pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

Imperatriz – MA, _____ de _____ de _____





NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Eu, _____ Portador (a) do RG nº _____ CPF de nº _____, declaro que as cópias dos documentos apresentados são idênticas ao original sob pena de incorrer nas cominações previstas nas esferas cível, criminal e administrativa, na forma da lei.

IMPERATRIZ, de de 20.

Assinatura do Proponente

ANEXO VII

MODELO DO RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL





NOME DO AGENTE CULTURAL:

Nº DO CPF OU CNPJ:

DADOS BANCÁRIOS DO AGENTE CULTURAL:

PREMIADO:

Declaro que recebi a quantia de [VALOR NUMÉRICO E POR EXTENSO], na presente data, relativa ao Edital de Premiação Cultural [NOME E NÚMERO DO EDITAL].

NOME

LOCAL

ASSINATURA

Publicado por: JEISON DOS SANTOS MINEIRO
ADMINISTRADOR
Código identificador: \$14151cEw3t6





Estado do Maranhão
PREFEITURA DE IMPERATRIZ

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Controladoria Geral do Município
Rua Rui Barbosa, 201, Centro
Cep: 65900-440
<http://www.diariooficial.imperatriz.ma.gov.br>

FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE RAMOS
Prefeito Municipal

DAVI ANTONIO CARDOSO
Controlador Geral do Município.

Informações: atendimento@imperatriz.ma.gov.br

